



**MANUAL E PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
EMBRAER S.A. EM 15 DE ABRIL DE 2015**

Índice

1.	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	3
2.	Informações e Orientações para Participação na Assembleia.....	4
2.1.	Votação na Assembleia.....	4
2.2.	Participação na Assembleia.....	5
3.	Edital de Convocação.....	7
4.	Propostas da Administração em Relação às Matérias para Votação.....	9
4.1.	Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.....	9
4.2.	Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e a distribuição de dividendos.....	9
4.3.	Eleger os membros do Conselho de Administração.....	10
4.4.	Eleger os membros do Conselho Fiscal.....	12
4.5.	Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia e dos integrantes dos Comitês do Conselho de Administração.....	13
4.6.	Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.....	14
	Anexo I - Destinação do Lucro Líquido.....	15
	Anexo II - Parecer e Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos.....	24
	Anexo III - Informações sobre os candidatos indicados pela Administração da Companhia....	28
	Anexo IV - Remuneração dos Administradores.....	74
	Anexo V - Comentários dos Administradores.....	110

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

São José dos Campos, 13 de março de 2015.

Prezado Acionista,

É com muito prazer que convidamos V. Sa. a participar da Assembleia Geral Ordinária (“AGO” ou “Assembleia”) da Embraer S.A. (“Embraer”, “Empresa” ou “Companhia”), convocada para o dia 15 de abril de 2015, às 10 horas, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2170, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

As ações da Embraer são listadas na BM&F BOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) desde 1989 e na *New York Stock Exchange* (NYSE) desde julho de 2000, por meio de ADRs (*American Depositary Receipts*).

Desde a reestruturação societária ocorrida em 2006, o capital social da Embraer é composto exclusivamente por ações ordinárias, além de uma ação de classe especial de propriedade da União, inexistindo a figura de um grupo de controle ou acionista controlador. A partir daquele evento, as ações da Embraer passaram a compor o segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o nível mais elevado de práticas de governança corporativa que uma empresa pode apresentar no Brasil.

V. Sa. será solicitado a deliberar na AGO sobre as matérias que constam no Edital de Convocação, conforme item 3 abaixo. A Administração da Companhia apresentou propostas com relação às matérias sob votação, as quais estão incluídas neste Manual.

Para a instalação, em primeira convocação, da AGO será necessária a presença de acionistas que representem, pelo menos, 35% do capital social, nos termos do Artigo 21 do nosso Estatuto Social.

O relacionamento da Embraer com os seus acionistas é pautado na divulgação de informações com transparência, clareza e respeito aos princípios legais e éticos, o que permite a consolidação e manutenção da imagem de liderança e inovação que a Companhia possui junto ao mercado de capitais. Esperamos que as informações aqui anexadas, preparadas dentro desse espírito, possam esclarecer os assuntos que constam da ordem do dia e motivá-lo a participar da AGO, pessoalmente ou por procurador.

Contamos com a participação de V. Sa. na AGO, no melhor interesse da Companhia. Lembre-se, seu voto é muito importante para a Embraer.

Agradecemos a sua atenção,

Alexandre Gonçalves Silva
Presidente do Conselho de Administração

2. Informações e Orientações para Participação na Assembleia

2.1. Votação na Assembleia

Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia, observados os seguintes limites estabelecidos no Estatuto Social:

- a) Nenhum acionista, ou Grupo de Acionistas, brasileiro ou estrangeiro, poderá exercer votos em número superior a 5% da quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia; e
- b) O conjunto dos acionistas e Grupos de Acionistas Estrangeiros não poderá exercer votos em número superior a 2/3 do total de votos conferidos ao conjunto de Acionistas Brasileiros presentes.

As limitações acima se aplicam aos Acionistas Estrangeiros e Grupos de Acionistas Estrangeiros, conjunta e sucessivamente.

Nas votações das deliberações da Assembleia serão apurados separadamente os votos de Acionistas Brasileiros e Acionistas Estrangeiros. Para tal finalidade, o Presidente da Mesa apurará e divulgará, após a sua instalação, o número total de votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros e pelos Acionistas Estrangeiros, observados os limites de voto estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Se o total dos votos dos Acionistas Estrangeiros exceder 2/3 dos votos que podem ser exercidos pelos Acionistas Brasileiros, o número de votos de cada Acionista Estrangeiro será reduzido proporcionalmente da porcentagem do excesso, de modo que o total de votos de Acionistas Estrangeiros não supere o limite de 40% do total de votos que podem ser exercidos na Assembleia.

Para fins de aplicação da restrição ao número máximo de votos atribuídos a cada acionista, devem ser levadas em consideração por V. Sa. as seguintes definições constantes do Estatuto Social da Embraer:

Grupo de Acionistas – São considerados como Grupos de Acionistas dois ou mais acionistas: (i) que sejam partes de acordo de voto; (ii) se um for, direta ou indiretamente, acionista controlador ou sociedade controladora do outro, ou dos demais; (iii) que sejam sociedades direta ou indiretamente controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não; ou (iv) que sejam sociedades, associações, fundações, cooperativas e *trusts*, fundos ou carteiras de investimentos, universalidades de direitos ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento com os mesmos administradores ou gestores, ou, ainda, cujos administradores ou gestores sejam sociedades controladas pela mesma pessoa, ou conjunto de pessoas, acionistas ou não.

Quanto aos fundos de investimento, somente são considerados como integrantes de

Grupo de Acionistas aqueles com administrador comum cuja política de investimentos e de exercício de votos em assembleias gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

Não são considerados como um Grupo de Acionistas os detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de *Depositary Receipts* da Companhia, a menos que se enquadrem em qualquer das hipóteses previstas nos itens (i) a (iv) acima. Considerar-se-ão partes de um mesmo Grupo de Acionistas na Assembleia quaisquer acionistas ou Grupos de Acionistas representados por um mesmo mandatário, administrador ou representante a qualquer título, exceto no caso de detentores de títulos emitidos no âmbito do programa de *Depositary Receipts* da Companhia, quando representados pelo respectivo Banco Depositário.

Grupo de Acionistas Estrangeiro – Um Grupo de Acionistas será considerado estrangeiro sempre que um ou mais de seus integrantes for um Acionista Estrangeiro.

Acionistas Brasileiros – São considerados Acionistas Brasileiros: (i) as pessoas naturais brasileiras, natas ou naturalizadas, residentes no Brasil ou no exterior; (ii) as pessoas jurídicas de direito privado organizadas de conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede de sua administração e: a) que não tenham acionista controlador nem sociedade controladora estrangeiros, salvo se esta última estiver compreendida na alínea "b" deste inciso; b) sejam controladas, direta ou indiretamente, por uma ou mais pessoas naturais de que trata o inciso (i); (iii) os fundos ou clubes de investimento organizados de conformidade com a lei brasileira que tenham no País a sede da sua administração e cujos administradores e/ou condôminos detentores da maioria de suas quotas sejam pessoas de que tratam os incisos (i) e (ii).

Acionistas Estrangeiros - São considerados como Acionistas Estrangeiros as pessoas, naturais ou jurídicas, os fundos ou clubes de investimento e quaisquer outras entidades não compreendidas na definição de Acionistas Brasileiros, e as que não provarem, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, que satisfazem aos requisitos para serem registrados como Acionistas Brasileiros.

2.2. Participação na Assembleia

Para participar da Assembleia, V.Sa. deverá apresentar à Embraer, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à data da AGO, os seguintes documentos:

- a) Instrumento de mandato com poderes especiais para representação na AGO;
- b) Para os acionistas que tenham suas ações depositadas na custódia fungível de ações, extrato fornecido pela instituição custodiante confirmando suas respectivas posições acionárias em 13 de abril de 2015.
- c) Prova da qualidade de Acionista Brasileiro ou Acionista Estrangeiro mediante depósito na Companhia de comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais ou em custódia, ou exibição de documento hábil de identidade.



Para fins de verificação do limite de votos que poderão ser exercidos na AGO, V.Sa. deverá informar à Companhia, também com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia, se pertence a Grupo de Acionistas.

Os documentos acima citados deverão ser entregues na sede da Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2170, portaria F46 – São José dos Campos, Estado de São Paulo ou encaminhados por fax para o número (12) 3922-6070.

Em caso de qualquer dúvida a respeito do procedimento e prazos acima, solicitamos que V. Sa. entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores, no telefone (12) 3927-4404, e-mail investor.relations@embraer.com.br.

3. Edital de Convocação

(O Edital de Convocação será publicado nos jornais Valor Econômico, nas edições de 13, 16 e 17 de março de 2015, O Vale e Diário Oficial do Estado de São Paulo nas edições de 13, 14 e 17 de março de 2015.)

Convidamos os senhores acionistas da EMBRAER S.A. (“Companhia”), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 15 de abril de 2015, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2170, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e a distribuição de dividendos;
3. Eleger os membros do Conselho de Administração;
4. Eleger os membros do Conselho Fiscal;
5. Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia e dos integrantes dos Comitês do Conselho de Administração; e
6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral Ordinária ora convocada, inclusive os referidos nos artigos 9º, 10º e 12 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos *websites* da Companhia (ri.embraer.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) na Rede Mundial de Computadores.

Instruções Gerais

- a) Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral Ordinária a que se refere o presente Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Ordinária. As pessoas presentes na Assembleia Geral Ordinária deverão provar sua qualidade de Acionista Brasileiro ou Acionista Estrangeiro, conforme tal termo é definido no Estatuto Social da Companhia, mediante depósito na Companhia, também com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da

realização da Assembleia Geral Ordinária, do comprovante expedido pela instituição custodiante das ações, ou exibição de documento hábil de identidade;

- b) Os acionistas que tenham suas ações depositadas na custódia fungível de ações, que desejem participar da Assembleia Geral Ordinária, deverão apresentar extrato fornecido pela instituição custodiante confirmando suas respectivas posições acionárias, com a antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária;
- c) Para fins de verificação do limite de votos que poderá ser exercido na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão informar à Companhia com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia Geral Ordinária se pertencem a Grupo de Acionistas, conforme tal termo é definido no Estatuto Social da Companhia;
- d) O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, e alterações posteriores, observadas as disposições contidas no artigo 32 do Estatuto Social da Companhia; e
- e) A composição das chapas de eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal propostas, respectivamente, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal encontram-se à disposição dos acionistas na Companhia, na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e no site da Companhia na Rede Mundial de Computadores ri.embraer.com.br. Os acionistas que desejarem propor outra chapa para o Conselho de Administração e/ou para o Conselho Fiscal deverão observar as disposições contidas no Parágrafo 2º do Artigo 31 do Estatuto Social da Companhia. Eventuais propostas de chapas apresentadas pelos acionistas serão disponibilizadas pela Companhia na forma prevista no Parágrafo 2º do Artigo 31 do Estatuto Social.

São José dos Campos, 13 de março de 2015.

Alexandre Gonçalves Silva
Presidente do Conselho de Administração

4. Propostas da Administração em Relação às Matérias para Votação

4.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

As contas dos administradores são instrumentalizadas por meio do Relatório da Administração e das demonstrações financeiras e (i) foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Embraer; (ii) obtiveram opinião favorável do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia. As demonstrações financeiras foram auditadas e obtiveram parecer favorável dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes.

Os documentos a serem submetidos à aprovação dos acionistas foram publicados nos jornais Valor Econômico, O Vale e Diário Oficial do Estado de São Paulo, no dia 06 de março de 2015, e encontram-se disponíveis na sede da Companhia, na CVM e na BM&F Bovespa, bem como no site da Embraer na Rede Mundial de Computadores (ri.embraer.com.br).

O Conselho de Administração da Embraer recomenda aos seus acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das demonstrações financeiras da Companhia e, caso concordem, aprovelem as referidas contas e demonstrações financeiras.

4.2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e a distribuição de dividendos

A destinação do lucro líquido consiste em determinar as parcelas do lucro líquido que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e estatutárias, ou que serão distribuídas como dividendos.

Considerando que:

(i) conforme demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014, a Empresa registrou lucro líquido de R\$ 796.085.316,64; e

(ii) que, ao longo de 2014, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2014, em um montante de R\$ 198.258.273,84;

o Conselho de Administração deliberou apresentar à AGO a seguinte proposta de destinação para os resultados apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

1. Constituição de reserva legal no montante de R\$ 39.804.265,83 correspondentes a 5% do lucro líquido apurado em 2014, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76;
2. Transferência do valor de R\$ 1.596.907,59 referentes a subvenções para investimentos utilizadas em 2014, para a conta de “Reserva de Subvenção para Investimentos”;
3. Destinação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro no valor de R\$ 510.717.461,47 (já deduzido o resultado gerado pela realização de ações em tesouraria em razão do exercício de opção de compra de ações do programa de stock options da Companhia no valor de R\$ 29.612.563,04), para composição da base de distribuição dos lucros de 2014;
4. Distribuição de dividendos no montante de R\$ 16.095.844,87 em complemento aos juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos; e
5. Ratificação do valor de R\$ 198.258.273,84, distribuído aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, imputado aos dividendos, sendo R\$ 36.646.882,20 referentes ao 1º trimestre, R\$ 36.688.481,10 referentes ao 2º trimestre, R\$ 36.733.391,10 referentes ao 3º trimestre e R\$ 88.189.519,44 referentes ao 4º trimestre de 2014.

As informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 estão disponíveis para consulta dos acionistas no Anexo I a este Manual.

4.3. Eleger os membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Embraer é composto de 11 (onze) membros.

Votação em Separado

Conforme Art. 27, § 1º do Estatuto Social da Embraer, a União, na qualidade de titular de ação de classe especial, terá o direito de eleger 1 (um) membro efetivo do Conselho de Administração e seu respectivo suplente. A Administração da Embraer recebeu da União, em 3 de março de 2015, indicação de que os seus representantes são os Srs. Antonio Franciscangelis Neto e José Magno Resende de Araújo, respectivamente, membros efetivo e suplente do Conselho de Administração.

Conforme Art. 27, § 2º do Estatuto Social da Embraer, os seus empregados terão o direito de eleger, em votação em separado, 2 (dois) membros efetivos do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, sendo 1 (um) membro e seu suplente indicados pelos empregados não acionistas da Embraer e o outro membro e seu suplente pelo CIEMB – Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer. A Companhia informa que recebeu a indicação dos nomes (i) dos representantes dos empregados não-acionistas, a saber, Sr. Herbert Claros da Silva, como efetivo, e Sr. André Luis Gonçalves, como suplente; e (ii) dos representantes do CIEMB - Clube de

Investimentos dos Empregados da Embraer, a saber, Sr. Alexandre Magalhães Filho, como efetivo, e Sra. Maria Antonieta Rosina Tedesco Oliveira, como suplente.

Eleição dos Demais Membros

Conforme Art. 27, § 3º do Estatuto Social da Embraer, os demais membros do Conselho de Administração serão eleitos pelos demais acionistas, pelo sistema de chapas, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do Art. 31, § 1º do Estatuto Social, indicar a referida chapa.

O Conselho de Administração deliberou apresentar à AGO a seguinte chapa à eleição, a qual foi previamente discutida e recomendada pelo Comitê de Recursos Humanos:

Membros do Conselho de Administração

- Alexandre Gonçalves Silva (Presidente)
- Sergio Eraldo de Salles Pinto (Vice-Presidente)
- Cecília Mendes Garcez Siqueira
- Israel Vainboim
- João Cox Neto
- Josué Christiano Gomes da Silva
- Pedro Wongtschowski
- Samir Zraick

Salientamos que qualquer acionista, ou conjunto de acionistas, que deseje indicar uma chapa alternativa para o Conselho de Administração deverá notificar a Embraer a esse respeito, por escrito, até 10 (dez) dias antes da realização da Assembleia, indicando o nome, qualificação e *curriculum* profissional de cada um e anexando à notificação termo firmado por cada candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo. A Embraer publicará, até 8 (oito) dias antes da data da Assembleia, aviso informando aos acionistas o local onde poderão obter a relação de todos os candidatos propostos e cópia da sua qualificação e *curriculum* profissional.

Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia.

Nos termos do Art. 32 do Estatuto Social da Embraer, os acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Companhia publicará, imediatamente após o recebimento do pedido, aviso informando aos acionistas que a eleição se dará pelo processo de voto múltiplo.

A Companhia não pode prever o resultado das eleições e tampouco tem informações sobre os candidatos que podem vir a ser propostos durante a Assembleia. Caso V.Sa. deseje participar de tais discussões, recomendamos que compareça pessoalmente de forma a poder analisar e julgar os candidatos que venham a ser considerados na Assembleia.

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência em relação aos candidatos da chapa proposta pelo Conselho de Administração, bem como dos membros indicados pela União, pelos empregados não-acionistas da Companhia e pelo CIEMB – Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer, estão disponíveis no Anexo III a este Manual, atendendo ao disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481, com alterações posteriores.

4.4. Eleger os membros do Conselho Fiscal

A eleição dos membros do Conselho Fiscal deve observar as regras estabelecidas no Artigo 41, § 1º do Estatuto Social.

Nos termos do Artigo 31, § 1º do Estatuto Social, a chapa proposta pelos integrantes do Conselho Fiscal para o período de 2015/2016 é a seguinte (*):

Membros do Conselho Fiscal

Efetivos

Ivan Mendes do Carmo
(Presidente)
Danielle Pinho Soares Alcântara Crema
(Vice-Presidente)
José Mauro Laxe Vilela
Sandro Kohler Marcondes
Taiki Hirashima

Suplentes

Tarcísio Luiz Silva Fontenele
Marcus Pereira Aucélio
Wanderley Fernandes da Silva
José Pedro da Broi
Carla Alessandra Trematore

(*) Já reflete a alteração da chapa aprovada pelo Conselho Fiscal em reunião extraordinária realizada em 12 de abril de 2015 motivada pela manifestação do Sr. Eduardo Coutinho Guerra de 10 de abril de 2015 no sentido de não ter condições de, se eleito, assumir as funções de membro do Conselho Fiscal, por motivos de ordem pessoal.

Salientamos que qualquer acionista, ou Grupo de Acionistas, que deseje indicar uma chapa alternativa para o Conselho Fiscal deverá notificar a Embraer a este respeito, por escrito, até 10 (dez) dias antes da realização da AGO, indicando as informações relativas aos candidatos constantes nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, bem como o nome, qualificação e *curriculum* profissional de cada um e anexando à notificação termo firmado por cada candidato atestando sua aceitação a

concorrer ao cargo. A Embraer divulgará, até 8 (oito) dias antes da data da AGO, aviso informando aos acionistas o local onde poderão obter a relação de todos os candidatos propostos e cópia da sua qualificação e *curriculum* profissional.

Cada acionista somente poderá votar em uma chapa e serão declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na AGO.

As informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência em relação aos candidatos da Chapa proposta estão disponíveis no Anexo III a este Manual, atendendo ao disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481, com alterações posteriores.

4.5. Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia e dos integrantes dos Comitês do Conselho de Administração

Conforme disposto no inciso IV do Artigo 18 do Estatuto Social da Embraer, torna-se necessária a fixação, pela AGO, do montante global anual para distribuição entre os administradores e integrantes dos Comitês do Conselho de Administração da Companhia.

Tendo em vista a pertinência de garantir que os valores da verba global possam compreender os valores informados no item 13 do Formulário de Referência, a Companhia passou a incluir na referida verba global os custos incorridos na outorga de opções de compra de ações a administradores. Dessa forma, ainda que não caracterizem remuneração, a inclusão destes custos no montante da verba global garante aos acionistas maior transparência e representa uma boa prática de governança da Companhia.

Assim, a verba global anual, proposta pelo Conselho de Administração, para remuneração dos administradores e integrantes dos Comitês do Conselho de Administração, é de R\$ 65 milhões, para o período compreendido entre maio de 2015 a abril de 2016.

A remuneração global aqui proposta é equivalente ao montante aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2014. O valor total de remuneração dos Administradores e dos integrantes dos Comitês do Conselho de Administração, incluindo o custo para a Companhia com as outorgas relativas a incentivos de longo prazo, (i) no período de maio de 2014 a abril de 2015 está estimado em aproximadamente R\$ 53 milhões; e (ii) no período de maio de 2013 a abril de 2014 foi de cerca de R\$ 55 milhões.

Nos termos do Artigo 12, inciso II da Instrução CVM 481, disponibilizamos as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência no Anexo IV a este Manual.

4.6. Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal

De acordo com o Estatuto Social da Embraer, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os elege, com observância dos requisitos e limites legais e levando em conta sua experiência, formação e reputação.

Consoante com o disposto no Artigo 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Assim, o Conselho de Administração da Embraer propõe como remuneração aos membros titulares eleitos o valor de R\$ 13.250,00 como remuneração mensal.

Anexo I

Destinação do Lucro Líquido

(Informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício	R\$ 796.085.316,64
----------------------------	--------------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Juros sobre capital próprio	R\$ 198.258.273,84
Valor por ação ordinária dos juros sobre capital próprio	R\$ 0,27
Dividendos propostos	R\$ 16.095.844,87
Valor por ação ordinária dos dividendos propostos *	R\$ 0,0218789

* Este valor poderá ser alterado em caso de aumento do número de ações em circulação até a data da AGO.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido distribuído	26,93%
---	--------

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) O valor de dividendos a ser distribuído é de R\$ 0,0218789 por ação ordinária, sendo que este valor poderá ser alterado em caso de aumento do número de ações em circulação até a data da AGO.
- b) A data de início de pagamento será o dia 13 de maio de 2015.
- c) Não haverá incidência de juros/correção sobre o valor de dividendos.

d) A data da declaração será o dia 15 de abril de 2015 e terão direito aos dividendos todas as ações da Embraer em circulação na data base de 27 de abril de 2015.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos	R\$ 16.095.844,87
Juros sobre capital próprio	
- 1º trimestre 2014	R\$ 36.646.882,20
- 2º trimestre 2014	R\$ 36.688.481,10
- 3º trimestre 2014	R\$ 36.733.391,10
- 4º trimestre 2014	R\$ 88.189.519,44
- Total dos Juros sobre capital próprio	R\$ 198.258.273,84

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Dividendos	13 de maio 2015
Juros sobre capital próprio	
- 1º trimestre 2014	9 de abril de 2014
- 2º trimestre 2014	17 de julho de 2014
- 3º trimestre 2014	10 de outubro de 2014
- 4º trimestre 2014	9 de janeiro de 2015

7. Fornecer tabela comparativa, indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício		Lucro por ação ordinária
-----------	--	--------------------------

	Lucro líquido	
2011	R\$ 156.296.591,69	0,2160
2012	R\$ 697.791.661,08	0,9624
2013	R\$ 777.688.902,41	1,0668
2014	R\$ 796.085.316,64	1,0851

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendos	Dividendos por ação ordinária
2011	Não aplicável	Não aplicável
2012	30.055.445,30	0,0413224
2013	48.991.508,99	0,0668494
Exercício	Juros sobre capital próprio	Juros sobre capital próprio por ação ordinária
2011	R\$ 180.916.261,00	0,2500
2012	R\$ 152.395.408,24	0,2100

2013	R\$ 153.230.965,24	0,2100
------	--------------------	--------

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Reserva legal	R\$ 39.804.265,83
---------------	-------------------

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício	R\$ 796.085.316,64
Reserva legal – 5% sobre o lucro líquido	R\$ 39.804.265,83

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

- e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

ART. 49 do Estatuto Social - Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as seguintes normas:

I - O lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) a importância destinada à constituição da reserva legal; e

b) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores;

II - O pagamento de dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar;

III - Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

PARÁGRAFO 1º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia; o Conselho Fiscal deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores da Companhia encaminharão à CVM, dentro de 5 dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificada da informação transmitida à Assembleia Geral.

PARÁGRAFO 2º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO 3º - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda.

PARÁGRAFO 4º - Os juros sobre capital próprio serão imputados ao valor dos dividendos declarados pela Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos como juros sobre capital próprio declarados estão sendo pagos integralmente

c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Art. 50 do Estatuto Social - A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 75% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de

retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia.

PARÁGRAFO 1º - Observado o limite legal, a reserva não excederá 80% do capital social.

PARÁGRAFO 2º - A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá a qualquer tempo distribuir dividendos à conta de reserva de que trata este artigo ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Destinação de Reserva para investimento e capital de giro para composição da base de distribuição dos lucros do exercício	R\$ 510.717.461,47
---	--------------------

c) Descrever como o montante foi calculado

A Reserva para investimentos e capital de giro foi apurada deduzindo do lucro líquido do exercício:

a – Reserva legal

b – Subvenção para investimentos

c – Juros sobre capital próprio declarado

d – Dividendos propostos

e - Entrega de ações em tesouraria em razão do exercício de opção ações

Lucro líquido	R\$ 796.085.316,64
Reserva legal (5% sobre L.L)	(R\$ 39.804.265,83)
JCP (imputado aos dividendos) (*)	(R\$ 198.258.273,84)
Dividendos propostos	(R\$ 16.095.844,87)

Transferência referente à subvenção para investimentos utilizadas no exercício.

(R\$ 1.596.907,59)

Entrega de ações em tesouraria em razão do exercício de opção ações

(R\$ 29.612.563,04)

Destinação de Reserva para investimento e capital de giro para composição da base de distribuição dos lucros do exercício

R\$ 510.717.461,47

(*) Antes de descontar o imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 25.683.082,91

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

Anexo II

Parecer e Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos

(Relatório para fins do item VI do art. 31-D da Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999, conforme incluído pela Instrução CVM 509, de 16 de novembro de 2011 e parecer em atendimento ao item III do § 1º do art. 9º da Instrução CVM 481)

De acordo com o estabelecido em seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria e Riscos da Embraer S.A. (“Comitê” e “Embraer”) assessorar o Conselho de Administração com foco nos seguintes assuntos:

(a) acompanhamento e avaliação de riscos empresariais, de natureza operacional, mercadológica, de imagem, de governança corporativa, financeira ou legal dos mercados administrados pela Companhia, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;

(b) avaliação sobre a adequação dos modelos de aferição dos riscos citados no item acima, bem como dos testes de aderência e validação dos modelos utilizados;

(c) análise e opinião sobre as diretrizes e políticas da gestão de risco, principalmente na estimação do impacto financeiro das perdas inesperadas em situação normal e de estresse;

(d) análise e opinião sobre as informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores no que tange ao perfil e controle de risco da Companhia; e

(e) avaliação sobre a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da organização.

Além disso, o Comitê exerce as funções de (i) Comitê de Auditoria (*Audit Committee*) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o "Sarbanes-Oxley Act", e de (ii) Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução 509, de 16 de novembro de 2011 (“Instrução CVM 509”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras.

Atividades do Comitê referentes ao Exercício de 2014

O Comitê reuniu-se 9 (nove) vezes no período de 18 de fevereiro a 3 de dezembro de 2014 e 1 (uma) vez em 24 de fevereiro de 2015 para o desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao exercício social de 2014, quando foram avaliados e

analisados os temas os temas de competência do Comitê, dentre os quais se destacam os relacionados abaixo:

- **Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos**

Durante o exercício de 2014 o Comitê avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos e Controles Internos, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos da Embraer. O Comitê acompanhou também, em reuniões com a Diretoria de *Compliance*, o desenvolvimento e a consolidação do *Embraer Enhanced Compliance Program*.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da Companhia.

- **Auditoria Externa**

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG Auditores Independentes a qual apoia a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê acompanhou as atividades de auditoria externa independente a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.

- **Auditoria Interna**

O Comitê acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Diretoria de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas e da aprovação do planejamento de seus trabalhos relativos ao exercício de 2014 e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas reuniões do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia.

- **Investigação FCPA**

A Companhia recebeu, em setembro de 2010, uma intimação (*subpoena*) da Securities and Exchange Commission (SEC) e questionamentos correlatos do U.S. Department of Justice, ou DOJ, relativos à possibilidade de não conformidade com o U.S. Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) em certas vendas de aeronaves fora do Brasil. Em

resposta, a Companhia contratou advogados externos para realizar uma investigação interna em operações realizadas em três países.

Em decorrência de informações adicionais, a Companhia voluntariamente expandiu o escopo da investigação interna para incluir as vendas em outros países, reportou sobre esses fatos à SEC e ao DOJ e colaborou com estas autoridades. As investigações do governo americano, outras investigações e outros desdobramentos correlatos em outros países e a investigação interna da Companhia continuam em andamento.

Em decorrência do acima exposto, a Companhia iniciou um esforço amplo para aprimorar e expandir seu programa global de *compliance*. Todo esse processo foi monitorado pelo Comitê. Este projeto durou vários anos e abrangeu o reexame de todos os aspectos de sistemas de *compliance* e, onde apropriado, a sua reformulação e complementação. Alguns dos principais aprimoramentos incluem a criação do Departamento de *Compliance*, a eleição de um Diretor de *Compliance* reportando diretamente ao Comitê, o desenvolvimento de um programa para monitorar a contratação e o pagamento de terceiros, melhorias nas políticas, procedimentos e controles de *compliance*, o aprimoramento dos canais de denúncia anônima e o desenvolvimento de um programa de treinamento e educação abrangente concebido para manter e revigorar uma forte cultura de *compliance* em todos os níveis da Embraer de forma global. A Companhia continuará a promover melhorias e atualizações em seu programa de *compliance*.

As investigações e os procedimentos descritos acima estão em andamento e, durante o exercício de 2014, no cumprimento e suas atribuições, o Comitê manteve-se constantemente informado sobre esses assuntos, realizando reuniões com o escritório externo contratado, com as áreas Jurídica e de *Compliance* e reportando suas análises e opiniões ao Conselho de Administração.

- **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia. A respeito, debateu com a KPMG Auditores Independentes referente às informações referentes ao exercício de 2014, inclusive trimestralmente, e com executivos da Companhia. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pela Embraer na elaboração das demonstrações contábeis. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

- **Recomendações**

Ao longo do exercício de 2014, o Comitê reportou periodicamente ao Conselho de Administração sobre o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões sobre diversos assuntos de sua competência.

- **Parecer sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas – 31.12.2014**



O Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas da Embraer para a data-base de 31.12.2014.

São José dos Campos, 24 de fevereiro de 2015.

Sergio Eraldo de Salles Pinto
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Israel Vainboim
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Samir Zraick
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Vitor Paulo Camargo Gonçalves
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Anexo III

Informações sobre os candidatos indicados pela Administração da Companhia (Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

Conselho de Administração

12.5 Dados Cadastrais: Alexandre Gonçalves Silva - Presidente

- a) Nome: **Alexandre Gonçalves Silva**
- b) Data de nascimento: 06.03.1945
- c) Profissão: Engenheiro
- d) CPF ou número do passaporte: 022.153.817-87
- e) Cargo eletivo ocupado: Presidente do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Recursos Humanos
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: 2
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Silva é Bacharel em Engenharia Mecânica pela PUC do Rio de Janeiro. Em 40 anos de carreira como executivo ocupou posições em

diversas áreas, sendo que 22 como CEO. O Sr. Silva foi CEO da GE do Brasil de 2001 a 2007 e desde então tem participado de Conselhos de Administração. O Sr. Alexandre Silva é um membro independente do Conselho de Administração da Embraer.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Embraer e Conselheiro de Administração independente das empresas Fibria Celulose, Tecsis – Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. e Companhia Nitro Química Brasileira.

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Sergio Eraldo de Salles Pinto – Vice-Presidente

- a) Nome: **Sergio Eraldo de Salles Pinto**
- b) Data de nascimento: 24.09.1964
- c) Profissão: Economista e Engenheiro Elétrico
- d) CPF ou número do passaporte: 317.309.901-00
- e) Cargo eletivo ocupado: Vice-Presidente do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Recursos Humanos
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: 3
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: o Sr. Sérgio Eraldo é o Presidente do Grupo Bozano desde 2011 e foi Diretor Executivo de 2000 a 2010. Entre 1988 a 2000 atuou em diversas empresas do grupo do Banco Bozano, Simonsen S.A. Foi eleito para o Conselho de Administração da Embraer em abril de 2009 e é um membro independente. O Sr. Salles Pinto é graduado em Economia e Engenharia Elétrica pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente. É Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (EPGE) e Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC).
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente da Bozano Investimentos Gestora de Recursos, membro dos Conselhos de

Administração da Azul Linhas Aéreas, da Ouro Preto Óleo e Gás e da Netpoints Programa de Fidelidade.

- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Cecília Mendes Garcez Siqueira

- a) Nome: **Cecília Mendes Garcez Siqueira**
- b) Data de nascimento: 09.06.1957
- c) Profissão: Administradora
- d) CPF ou número do passaporte: 513.478.737-91

- e) Cargo eletivo ocupado: não aplicável
- f) Data de eleição: não aplicável
- g) Data da posse: não aplicável
- h) Prazo do mandato: não aplicável
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Não aplicável
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerada membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: Não aplicável
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: A Sra. Cecília é formada em Educação, com MBA em Formação Geral - Altos Executivos e em Previdência e Gestão de Fundos de Pensão, também possui Mestrado em Administração. É funcionária da PREVI desde 1979, exercendo os seguintes cargos: de 1979 a 2002 exerceu várias posições; de 2002 a 2010, Diretora de Planejamento, atualmente é Diretora de Administração. Foi membro do Conselho de Administração da empresa Neoenergia, de 2002 a 2005, onde exerceu a função de Coordenadora do Comitê de RH, Vice-Presidente do Conselho de Administração da empresa CPFL Energia, de 2005 a 2008, onde exerceu a função de Coordenadora do Comitê de RH, membro do Conselho de Administração da empresa EMBRAER, de 2008 a 2011, onde foi membro dos comitês estratégica e riscos e membro do Conselho de Administração da empresa Sauípe S.A., de 2011 a 2013.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretora de Administração da PREVI
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Israel Vainboim

- a) Nome: **Israel Vainboim**
- b) Data de nascimento: 01.06.1944
- c) Profissão: Engenheiro
- d) CPF ou número do passaporte: 090.997.197-87
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015

- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Estratégia
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: 3
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: atua no Itaú-Unibanco desde 1969. Foi Presidente do Unibanco de 1988 a 1992 e membro do Conselho de Administração até 2008. Foi presidente da Unibanco Holdings S.A. de 1994 a 2007. Foi Presidente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria da Unibanco Holdings S.A. de 2007 a fevereiro de 2009. Membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco de fevereiro de 2009 até abril de 2015. Foi eleito para o Conselho de Administração da Embraer em abril de 2009 e é um membro independente. É graduado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui MBA pela Stanford University, Califórnia, EUA.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Atualmente é Presidente do Conselho de Administração das Lojas Marisa, Membro do Conselho de Administração da Cia lochpe-Maxion, Membro do Conselho Deliberativo do MAM (Museu de Arte Moderna de São Paulo), Presidente do Conselho Fiscal do Hospital Albert Einstein em São Paulo e Presidente do Conselho da Câmara de Comércio Brasil-Israel.
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de

remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: João Cox Neto

- a) Nome: **João Cox Neto**
- b) Data de nascimento: 02.05.1963
- c) Profissão: Economista
- d) CPF ou número do passaporte: 239.577.781-15
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Recursos Humanos
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado

l) Número de mandatos consecutivos: 2

m) Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Formado em economia pela Universidade Federal da Bahia e estendeu seus estudos de pós-graduação em economia na Université du Québec à Montreal e no College of Petroleum Studies da Oxford University. Cox fala Português nativo, Inglês, Francês e Espanhol. Ele também foi membro do Conselho de Administração de algumas empresas em diferentes países (Brasil, Argentina, Holanda e Israel), além de ter integrado, como conselheiro, o CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o Conselho de Administração da ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores). Desde abril de 1999 ele esteve profundamente envolvido com a indústria de telecomunicações, como Presidente, CEO ou vice-presidente. De 2006 a 2010, na Claro, a segunda maior operadora de celulares no Brasil como presidente, CEO e vice-chairman. A partir de abril de 1999 a agosto de 2004, como Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Telemig Celular Participações e Tele Norte Celular Participações, posição que compartilhou como CEO da Telemig Celular e Amazônia Celular. Em 2005 atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom, a maior operadora de celular em Israel. Durante seu recente período de quatro anos à frente da Claro, Cox mais do que dobrou a receita e o número de clientes, levando-o a atingir a segunda posição em participação de mercado ao tempo que mais que decuplicou o EBITDA. Destaca-se ainda neste período a introdução da tecnologia 3G no Brasil. Apesar da vida executiva Cox ainda manteve laços com as universidades onde lecionou por alguns anos na graduação e na pós-graduação. O Sr. Cox é um membro independente do Conselho de Administração da Embraer.
- ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Atualmente Cox dirige a Cox Investments & Advisory, uma boutique de investimentos com foco na área imobiliária e em tecnologia e com mandatos de M&A, financiamento e serviços de consultoria. Também atua no conselho de administração da Estácio Participações S.A.

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação

transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Josué Christiano Gomes da Silva

- a) Nome: **Josué Christiano Gomes da Silva**
- b) Data de nascimento: 25.12.1963
- c) Profissão: Engenheiro
- d) CPF ou número do passaporte: 493.795.776-72
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013

- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Membro do Comitê de Estratégia
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: 2
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Josué Christiano Gomes da Silva é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos. Recebeu a Medalha do Fundador na Vanderbilt University - Estados Unidos, onde concluiu o seu Mestrado em Administração de Negócios - MBA.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente da Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas, o maior grupo têxtil da América latina; Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A.; membro do Conselho de Administração da Embraer; copresidente do Fórum de CEO's Brasil-EUA; membro do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI; Ex-Presidente da International Textile Manufactures Federation – ITMF
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não

aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Pedro Wongtschowski

- a) Nome: **Pedro Wongtschowski**
- b) Data de nascimento: 24.04.1946
- c) Profissão: Engenheiro Químico
- d) CPF ou número do passaporte: 385.585.058-53
- e) Cargo eletivo ocupado: não aplicável
- f) Data de eleição: não aplicável
- g) Data da posse: não aplicável
- h) Prazo do mandato: não aplicável
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: não aplicável

m) Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Foi Diretor Superintendente da Oxiteno S.A. (1992-2006). Entre janeiro de 2007 e dezembro de 2012 foi Presidente da ULTRAPAR Participações S.A., empresa de capital aberto, então atuante nas áreas de distribuição de combustíveis (Ipiranga), distribuição de GLP (Ultragaz), logística de graneis líquidos (Ultracargo) e fabricação de produtos e especialidades químicos (Oxiteno).
- ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: É Presidente do Conselho de Administração do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais — CNPEM. É Presidente do Conselho de Administração da EMBRAPPII. É membro do Conselho de Administração do CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. É Presidente do Conselho Superior da ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras. Membro do Comitê Gestor da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI-CNI). Membro do Conselho de Administração das empresas ULTRAPAR Participações S.A., ARTERIS S.A., NITRO QUÍMICA S.A. e CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA S.A. Foi Pesquisador Colaborador da UNICAMP de 11/2008 a 11/2010.

- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Samir Zraick

- a) Nome: **Samir Zraick**
- b) Data de nascimento: 05.03.1941
- c) Profissão: Engenheiro Eletrônico
- d) CPF ou número do passaporte: 149.615.207-72
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: 4
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Samir Zraick foi Diretor Financeiro da Cia. Vale do Rio Doce – CVRD e

Presidente de sua subsidiária americana no período de 1971 a 1986, tendo sido responsável pela formulação financeira do Projeto Carajás. Posteriormente integrou o Conselho de Administração da CVRD durante o ano 2000, e atuou como Consultor Sênior e membro do Comitê Estratégico da CVRD de 2001 a 2004. Exerceu as funções de Diretor Financeiro e de Desenvolvimento da Caemi Mineração e Metalurgia S. A. no período de 1986 a 1998. Foi membro do Conselho de Administração e Chairman do Comitê Comercial da Quebec Cartier Mining em Montreal, Província do Quebec, Canadá, de 1990 a 1999. Foi membro do Conselho de Administração da Canico Resources em Vancouver, British Columbia de julho 2004 a março 2006. Foi eleito em março de 2006 para o Conselho de Administração da Embraer e é um membro independente.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada,

direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Antonio Franciscangelis Neto

- a) Nome: **Antonio Franciscangelis Neto**
- b) Data de nascimento: 13.01.1953
- c) Profissão: Militar
- d) CPF ou número do passaporte: 772.588.358-49
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Não é considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: 2
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Dentre os principais cargos exercidos, o Sr. Franciscangelis foi Comandante do 2º/5º Grupo de Aviação; Chefe da Seção de Força Aérea do Comando Aeroespacial Brasileiro - COMDABRA; Assistente do Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; Comandante do Primeiro Grupo de Defesa Aérea; Comandante da Base Aérea de Anápolis; Assistente do Adido de Defesa e de Aeronáutica nos Estados Unidos e Canadá; Chefe da Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington, DC; Chefe da 2ª, 1ª e 6ª Subchefias do Estado Maior da Aeronáutica - EMAER; Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, Comandante do Comando de Defesa Aeroespacial

Brasileiro, Chefe de Gabinete do Comandante da Aeronáutica e Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica. Dentre os principais cursos acadêmicos concluídos pelo Sr. Franciscangelis estão o Curso Técnico de Contabilidade – Escola Pedro II; Curso de Formação de Oficiais Aviadores – AFA; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – EAOAR; Curso Superior de Comando e Curso de Estado Maior – ECEMAR; Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais; Curso de Reciclagem em Economia e Finanças (SEFA); Management Business Administration (MBA) da Fundação Getúlio Vargas – RJ, Curso de Governança Corporativa – IBGC; Curso de Piloto de Caça e de Defesa Aérea em Mirage III; Curso de Liderança de Aviação de Caça e Curso de Chefe Controlador de Defesa Aeroespacial.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c.

caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Herbert Claros da Silva

- a) Nome: **Herbert Claros da Silva**
- b) Data de nascimento: 23.09.1981
- c) Profissão: Mecânico Ajustador
- d) CPF ou número do passaporte: 306.465.808-50
- e) Cargo eletivo ocupado: não aplicável
- f) Data de eleição: não aplicável
- g) Data da posse: não aplicável
- h) Prazo do mandato: não aplicável
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Não é considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: não aplicável
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Trabalha como mecânico ajustador na área de Estamparia da sede da Embraer em São José dos Campos.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha

suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Alexandre Magalhães Filho

- a) Nome: **Alexandre Magalhães Filho**
- b) Data de nascimento: 14.01.1953
- c) Profissão: Contador
- d) CPF ou número do passaporte: 435.782.848-15
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho de Administração
- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015

- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Gerente de Processos Contábeis, Custos e Fiscais
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Não é considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: 1
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Alexandre é formado em Ciências Contábeis, com especialização em Desempenho Orçamentário. É funcionário da Embraer desde 1986, exercendo os seguintes cargos: de 1986 a 2008, Supervisor de Orçamento, Assessor do Diretor de Controladoria e Gerente de Planejamento Econômico e Preços; de 2008 a 2010, Gerente de Custos. Atualmente é Gerente de Processos Contábeis, Custos e Fiscais, sendo responsável pelos processos de custos, contabilidade e fiscal, abrangendo o custeio dos produtos e serviços, contabilidade de 29 empresas, incluindo a controladora, consolidação contábil de 50 empresas do Grupo Embraer em IFRS e operações fiscais. Exerceu o cargo de membro do Conselho Fiscal: (i) do Banco do Brasil Previdência Privada (BBPREV) de 1997 a 2009; (ii) da Embraer Prev – Sociedade de Previdência Complementar de 2010 a 2012, sendo novamente eleito para o período de 2015 a 2018; e (iii) da Cooperativa dos Empregados da Embraer (Cooperemb) de 2009 a 2011. Foi conselheiro suplente do representante do Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer (CIEMB) no Conselho de Administração da Embraer de 2013 a 2015, sendo eleito para o cargo de membro efetivo para o mandato de 2015 a 2017.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Atualmente é membro do Conselho de Administração da Associação dos Pioneiros da Embraer (APVE); Membro do Conselho Fiscal do Instituto Embraer de Educação e Pesquisas desde 2005; e Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer (CIEMB) de 2011 a 2013 e atualmente Presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Investimentos dos Empregados da Embraer (CIEMB).

- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

Conselheiros Suplentes

12.5 Dados Cadastrais: José Magno Resende de Araújo

- a) Nome: **José Magno Resende de Araújo**
- b) Data de nascimento: 03.08.1959
- c) Profissão: Militar
- d) CPF ou número do passaporte: 963.831.008-15
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho de Administração

- f) Data de eleição: 25.04.2013
- g) Data da posse: 25.04.2013
- h) Prazo do mandato: Até a AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não aplicável
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Não é membro independente
- l) Número de mandatos consecutivos: 1
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: o Sr. José Magno Resende de Araujo atualmente é Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Dentre outros cargos ocupados, o Sr. Araujo foi: Comandante do Corpo de Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, Comandante do Primeiro Esquadrão do Quarto Grupo de Aviação, Comandante da Base Aérea de Brasília, Adido da Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil no Paraguai, Chefe da Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica, Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: André Luis Gonçalves

- a) Nome: **André Luis Gonçalves**
- b) Data de nascimento: 28.06.1981
- c) Profissão: Mecânico de Estrutura Aeronáutica
- d) CPF ou número do passaporte: 218.401.068.59
- e) Cargo eletivo ocupado: não aplicável
- f) Data de eleição: não aplicável
- g) Data da posse: não aplicável
- h) Prazo do mandato: não aplicável
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Não é considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: não aplicável
- m) Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Há cinco anos trabalha na Área de Montagem de Material Composto Phenom.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: membro efetivo do conselho fiscal do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Maria Antonieta Rosina Tedesco Oliveira

- a) Nome: **Maria Antonieta Rosina Tedesco Oliveira**
- b) Data de nascimento: 16.10.1962
- c) Profissão: Administradora de Empresas
- d) CPF ou número do passaporte: 100.581.568-28
- e) Cargo eletivo ocupado: não aplicável
- f) Data de eleição: não aplicável
- g) Data da posse: não aplicável
- h) Prazo do mandato: não aplicável
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Supervisora de área de Obrigações Fiscais Brasil
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) Não é considerado membro independente do Conselho de Administração da Embraer de acordo com a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado
- l) Número de mandatos consecutivos: não aplicável
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Durante os últimos 05 anos, tem atuado na área Fiscal Brasil do grupo Embraer como Supervisora nas atividades de obrigações Fiscais Brasil e anteriormente nas atividades de Faturamento e Escrituração Fiscal. Atuou também na implantação das subsidiárias da Embraer em Évora, nas operações relacionadas a Controladoria, assim como em vários projetos de implantação de novos negócios.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação

transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês dos quais é membro. Vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários. Não aplicável, tendo em vista que os membros dos Comitês são todos membros do Conselho de Administração da Embraer.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo. Vide tabela abaixo.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

Tabela - Percentual de participação dos membros nas reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e Comitês (itens 12.6 e 12.8)

Conselheiros Titulares	Reuniões do Conselho de Administração	Reuniões do Comitê de Auditoria e Riscos	Reuniões do Comitê de Estratégia	Reuniões do Comitê de Recursos Humanos
Alexandre Gonçalves Silva	100%	N/A	100%	100%
Sérgio Eraldo de Sales Pinto	100%	100%	N/A	100%
Cecília Mendes Garcez Siqueira	N/A	N/A	N/A	N/A
Israel Vainboim	95%	100%	100%	N/A

João Cox Neto	100%	N/A	100%	100%
Josué Christiano Gomes da Silva	95%	N/A	89%	N/A
Pedro Wongtschowski	N/A	N/A	N/A	N/A
Samir Zraick	100%	87%	N/A	N/A
Antonio Franciscangelis Neto	100%	N/A	N/A	N/A
Herbert Claros da Silva	N/A	N/A	N/A	N/A
Alexandre Magalhães Filho	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselheiros Suplentes	Reuniões do Conselho de Administração	Reuniões do Comitê de Auditoria e Riscos	Reuniões do Comitê de Estratégia	Reuniões do Comitê de Recursos Humanos
José Magno Resende de Araújo	N/A	N/A	N/A	N/A
André Luis Gonçalves	N/A	N/A	N/A	N/A
Maria Antonieta Rosina Tedesco Oliveira	N/A	N/A	N/A	N/A

Conselho Fiscal

12.5 Dados Cadastrais: Ivan Mendes do Carmo

- a) Nome: Ivan Mendes do Carmo
- b) Data de nascimento: 01.03.1963
- c) Profissão: Economista
- d) CPF ou número do passaporte: 279.786.131-00
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Efetivo do Conselho Fiscal - Presidente
- f) Data de eleição: 16.04.2014
- g) Data da posse: 16.04.2014

- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 6
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Ivan é membro titular do Conselho Fiscal da Embraer desde 2008, atuando como Presidente desde 2010. Desde janeiro de 1987 trabalha na Fundação Sistel de Seguridade Social atuando como Gerente de Gestão de Investimentos e Finanças, sendo responsável pela administração das Carteiras de Investimentos em renda fixa e variável da Fundação, definindo em conjunto com outras áreas a política de *Asset Allocation* e *Asset Selection* com vistas à maximização de retornos associados ao menor risco possível. Responsável pela gestão financeira e de tesouraria da Fundação. Foi também Gerente do Departamento de Administração da Carteira de Renda Variável e Gerente da Divisão de Análise de Investimentos em Renda Variável. O Sr. Ivan ocupa ou ocupou os cargos abaixo em companhias abertas: Conselho Fiscal e membro do Comitê de Auditoria da Perdigão S.A. no ano de 2007; Conselheiro Fiscal do Grupo Paranapanema S.A. de 2005 a 2006; Conselheiro Fiscal e membro do Comitê de Auditoria do Grupo CPFL Energia S.A. de 2004 a 2005 onde ajudou na adequação da companhia aos preceitos da Lei Sarbanes Oxley; Conselheiro Fiscal da Santos Brasil S.A.; Conselheiro Fiscal da Telesp – Telecomunicações de São Paulo S.A.; Conselheiro Fiscal Suplente da Embraer S.A. de 2000 a 2003. Foi membro do Comitê de Auditoria da Embraer de abril de 2008 a dezembro de 2011.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Danielle Pinho Soares Alcântara Crema

- a) Nome: Danielle Pinho Soares Alcântara Crema
- b) Data de nascimento: 06.09.1978
- c) Profissão: Servidora Pública Federal
- d) CPF ou número do passaporte: 844.588.871-49
- e) Cargo eletivo ocupado: não aplicável
- f) Data de eleição: não aplicável
- g) Data da posse: não aplicável
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável

k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável

l) Número de mandatos consecutivos: não aplicável

m) Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Desde fevereiro de 2015, a Sra. Danielle é Assessora Especial do Ministro em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional, responsável por definir, planejar e avaliar, em conjunto com o Secretário do Tesouro Nacional, as diretrizes gerais de atuação da Secretaria e verificar o seu cumprimento. Foi Assessora Especial do Ministro na Secretaria de Portos da Presidência da República, responsável pelo assessoramento técnico em assuntos afetos à regulação econômica da infraestrutura portuária e dos serviços aquaviários, de 2014 a 2015. A Sra. Danielle Crema exerceu, também, os cargos de Assessora Especial da Presidência na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (2013); Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado nessa mesma autarquia (2011 a 2013); Coordenadora-Geral de Transporte e Logística na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (2011); e Gerente Técnica de Regulação da Infraestrutura Aeroportuária na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (2010 a 2011). Desde 2006 a Sra. Danielle Crema é analista judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.
- ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: José Mauro Laxe Vilela

- a) Nome: **José Mauro Laxe Vilela**
- b) Data de nascimento: 13.02.1948
- c) Profissão: Bacharel em Ciências Econômicas
- d) CPF ou número do passaporte: 102.631.287-68
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Efetivo do Conselho Fiscal
- f) Data de eleição: 16.04.2014
- g) Data da posse: 16.04.2014
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 4
- m) Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Vilela é membro titular do Conselho Fiscal da Embraer desde 2011. Exerceu no Grupo Bozano, no período de julho de 1971 a fevereiro de 1999, funções de elaboração, revisão, supervisão e gerenciamento de trabalhos ligados diretamente à área contábil e fiscal, nos cargos de assistente contábil, sub-contador, contador, assistente e gerente de controladoria. A partir de março de 1999 foi eleito Diretor de Controladoria, tendo a responsabilidade pela supervisão, gerenciamento e controle da contabilidade do Grupo e de suas subsidiárias não financeiras, atuando também como consultor fiscal e societário, em parceria com o Departamento Jurídico do Grupo, auxiliando nos assuntos especialmente vinculados ao planejamento tributário, a reorganização societária (incorporações, cisões e fusões), venda de empresas e leilões de privatização. A partir de 2000, com a venda das instituições financeiras do Grupo e com a subdivisão de funções passou a atuar como Diretor da Área Contábil e Fiscal alocada a Controladoria. Atualmente presta serviços de assessoria contábil e tributária às empresas ligadas ao Grupo. O Sr. Vilela ocupou em companhias abertas os seguintes cargos: membro titular do Conselho Fiscal da Embraer de maio de 2003 a abril de 2004; Presidente do Conselho Fiscal da Embraer com funções de Comitê de Auditoria de maio de 2004 a abril de 2007; e membro titular do Comitê de Auditoria da Azul S.A. no período de julho de 2010 a outubro de 2011
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração,

ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Sandro Kohler Marcondes

- a) Nome: Sandro Kohler Marcondes
- b) Data de nascimento: 16.04.1964
- c) Profissão: Bancário e Economiário
- d) CPF ou número do passaporte: 485.322.749-00
- e) Cargo eletivo ocupado: não aplicável
- f) Data de eleição: não aplicável
- g) Data da posse: não aplicável
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: não aplicável
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior

a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Sandro é graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Guarapuava e Mestrado em Administração de Empresas pela EASP/FGV-SP. Ocupa ou ocupou cargos como Presidente dos Conselhos de Administração das empresas: BB FSB e BB FSB – Subsidiária em Nova Iorque desde 2008. Atuou como Conselheiro de Administração da Vale S.A. Entre 2008 e 2011 e do Conselho Fiscal da PREVI até abril de 2011 e a partir de maio de 2011. Experiência no exterior como Conselheiro no Banco do Brasil Securities em Londres desde junho de 2006. Diretor da BB Leasing desde julho de 2005. Ocupou os cargos de gerente no Banco do Brasil em Nova Iorque de janeiro de 2000 a dezembro de 2002 e em Paris de janeiro de 2003 a junho de 2005 e como diretor estatutário do BBSA desde 2005.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Estatutário do Banco do Brasil S.A. e Diretor Gerente do Banco do Brasil – Banco de Investimentos.

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Taiki Hirashima

- a) Nome: Taiki Hirashima
- b) Data de nascimento: 14.06.1940
- c) Profissão: Bacharel em Ciências Contábeis
- d) CPF ou número do passaporte: 007.568.818-20
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Efetivo do Conselho Fiscal
- f) Data de eleição: 16.04.2014
- g) Data da posse: 16.04.2014
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 11
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Hirashima é membro titular do Conselho Fiscal da Embraer desde 2004. Exerceu a função de especialista financeiro e contábil, conforme definido pela regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission – SEC até dezembro de 2011. Atualmente, o Sr. Hirashima é empresário nas áreas contábil e tributária e em governança corporativa. Constituiu a empresa de consultoria Hirashima & Associados em ano de 2002. É diretor gerente e quotista majoritário das empresas Hirashima & Associados Ltda, Hirashima & Associados Auditores Independentes e Hirashima & Associados Consultoria em Transações Societárias Ltda. Nos

últimos anos, foi sócio-diretor responsável por diversos projetos de transações e reestruturações societárias, compreendendo auditoria independente, diligências contábil, tributária, trabalhista e previdenciária em ativos, objeto de compra. Ingressou na Artur Andersen em 1962, sendo admitido como Sócio-Diretor em 1975, tendo se retirado em junho de 2002. Durante os 40 anos de experiência profissional no campo de auditoria independente e consultoria contábil-fiscal, serviu os mais variados tipos de empresas, com concentração no setor de energia e telecomunicações. Foi coordenador do projeto conjunto da Artur Andersen com a FIPECAFI para elaboração do livro “Normas e Práticas Contábeis no Brasil”, publicado pela Editora Atlas. O Sr. Hirashima ocupa ou ocupou os cargos abaixo em companhias abertas: membro do Comitê de Auditoria da Embraer de abril de 2004 a dezembro de 2011; membro do Comitê de Auditoria da Natura e Magazine Luiza; membro do Comitê de Auditoria do Banco Santander Brasil S.A. até fevereiro 2010.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

Conselheiros Suplentes

12.5 Dados Cadastrais: Tarcísio Luiz Silva Fontenele

- a) Nome: Tarcísio Luiz Silva Fontenele
- b) Data de nascimento: 25.08.1962
- c) Profissão: Advogado
- d) CPF ou número do passaporte: 265.672.021-49
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- f) Data de eleição: 16.04.2014
- g) Data da posse: 16.04.2014
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 14
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. Fontenele é membro Suplente do Conselho Fiscal da Embraer desde abril de 2001. Atualmente exerce o cargo de Gerente Jurídico da Fundação Sistel de Seguridade Social. No período de 1984 a 1985 atuou como Advogado no escritório de advocacia João Agripino de Vasconcelos Maia. De 1985 a 1986 foi advogado da Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Foi Diretor Jurídico da Americel S.A. - Companhia de Telefonia Celular no período de 1997 a

1998. O Sr. Fontenele ocupa ou ocupou os cargos abaixo em companhias abertas: membro do Conselho Fiscal das empresas Embratel Participações S.A em 1998; Tele Nordeste Celular Participações S.A em 1999; Santos Brasil S.A - Companhia Portuária de Containers, Eluma S.A., Brasken S.A. Foi membro da Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, do Ministério da Previdência Social, de abril de 2012 a março de 2014.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Marcus Pereira Aucélio

a) Nome: **Marcus Pereira Aucélio**

- b) Data de nascimento: 15.11.1966
- c) Profissão: Engenheiro
- d) CPF ou número do passaporte: 393.486.601-87
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- f) Data de eleição: 16.04.2014
- g) Data da posse: 16.04.2014
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 1
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Marcus Pereira Aucélio é atualmente Sub-Secretário de Política Fiscal da Secretária do Tesouro Nacional, desde janeiro de 2007. É graduado em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília, tendo concluído MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e pós-graduação em Economia do Setor Público pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Marcus Aucélio foi ou é membro de conselhos das seguintes companhias: (i) abertas: Petróleo Brasileiro S.A. como Conselho Fiscal, Petrobrás Transportes S.A. como Conselho de Fiscal, Banespa S.A. como Conselho Fiscal, Banco do Brasil S.A. como Conselho Fiscal, Caixa de Consórcios (parte da Caixa Econômica Federal) como Conselho Fiscal, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás como Conselho de Administração; e Vale S.A. como Conselho Fiscal; e (ii) fechadas: Fundo PIS/PASEP/FGTS como Conselho Curador, do FCVS como Conselho Curador e Fundo da Marinha Mercante como Conselho Diretor.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há

- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Wanderley Fernandes da Silva

- a) Nome: **Wanderley Fernandes da Silva**
- b) Data de nascimento: 10.04.1973
- c) Profissão: Bacharel em Ciências Contábeis
- d) CPF ou número do passaporte: 028.343.127-02
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- f) Data de eleição: 16.04.2014

- g) Data da posse: 16.04.2014
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 4
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor O Sr. Wanderley é membro suplente do Conselho Fiscal da Embraer desde 2011. Atua no Grupo Bozano desde abril de 1995, nos cargos de Diretor da Kadon Empreendimentos S.A., Diretor da Coroa Alta Empreendimentos Imobiliários, Procurador da Cia Bozano e membro do Conselho de Administração da GD Empreendimentos Imobiliários S.A. Responsável pela área financeira do Grupo Bozano gerenciando o departamento de contas a pagar e análise das diversas possibilidades de investimentos para o conglomerado, desde aplicação em renda fixa até o investimento em novas empresas, passando por operações no mercado financeiro como compra de ações, operações nos mercados futuros e swap.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não há
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de

remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: José Pedro da Broi

- a) Nome: **José Pedro da Broi**
- b) Data de nascimento: 04.06.1958
- c) Profissão: Advogado
- d) CPF ou número do passaporte: 240.293.940/00
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- f) Data de eleição: 16.04.2014
- g) Data da posse: 16.04.2014
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 1

m) Informações sobre:

- i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: O Sr. José Pedro é graduado em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Vale dos Sinos em 1986, com Mestrado em Direito Processual Civil pela PUC-RS em 2002 e Pós-Graduado em Direito Internacional Economia e da Integração do Mercosul pela Universidade Vale dos Sinos em 1994. Sócio Fundador do Escritório de Advocacia Da Broi e Oliveira Advogados, com sede em Porto Alegre, fundado em 1994. Foi Chefe Adjunto do Serviço Jurídico do Banco do Brasil, de 1995 a 2003 e posteriormente Gerente Jurídico Regional de 2009 a 2012. Também exerceu atividade docente na PUC-RS como Professor Tributário em 2005 e Professor de Direito Empresarial / S.A.s. em 2003 e na Universidade Corporativa do Banco do Brasil S.A. como Educador Corporativo de 2000 a 2011.; Membro do Conselho Fiscal da Embraer como suplente desde 2014 a 2015. Frequentou o curso para Conselheiros de Administração no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), São Paulo, dezembro de 2014. Conselheiro de Administração do Condomínio Ventura Club, 2015 e 2016.
 - ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Sócio da Empresa (STM) Comércio de Combustíveis Ltda. (Administrador).
- n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de

tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

12.5 Dados Cadastrais: Carla Alessandra Trematore

- a) Nome: **Carla Alessandra Trematore**
- b) Data de nascimento: 30.10.1975
- c) Profissão: Bacharel em Ciências da Computação
- d) CPF ou número do passaporte: 248.855.668-86
- e) Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- f) Data de eleição: 16.04.2014
- g) Data da posse: 16.04.2014
- h) Prazo do mandato: Até AGO de 2015
- i) Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há
- j) Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não aplicável
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não aplicável
- l) Número de mandatos consecutivos: 1
- m) Informações sobre:
 - i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - a) nome e setor de atividade da empresa; b) cargo; e c) se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior

a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: A Sra. Carla é Bacharel em Ciências da Computação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP e está cursando o último ano de Ciências Contábeis na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Desenvolveu sua carreira através da prática profissional de auditoria independente, inicialmente na Arthur Andersen em 1996 e posteriormente na Deloitte Touche Tohmatsu e Ernst & Young em 2002, onde atuou como gerente-sênior no ramo de energia elétrica e telecomunicações. Durante o período de maio de 2000 a junho de 2002 trabalhou como auditora no escritório da Arthur Andersen de Madri – Espanha, atendendo a matriz do Grupo Telefônica. Atuou também na prática da auditoria interna, na posição de gerente de auditoria interna da Confab, companhia aberta brasileira controlada pelo grupo ítalo-argentino Techint / Tenaris. Sua experiência compreende: auditoria das demonstrações contábeis de empresas de diversos segmentos (industriais e de serviços), de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais (USGAAP e IFRS); auditoria de controles internos, em consonância com a Sarbanes-Oxley Act; gerenciamento de processos de aquisição, fusão e incorporação de empresas ("due diligences") com foco financeiro-contábil; assessoria em processos de reestruturações societárias; assessoria em processos de abertura de capital (IPOs no exterior e no Brasil, inclusive BDRs) e emissão de títulos (Eurobonds); gerenciamento e monitoramento de riscos através do planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna com foco em riscos; e avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas. Atualmente é diretora da área contábil da Hirashima & Associados. Foi Conselheira Suplente do Conselho Fiscal da Embraer de 2007 a 2009.

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: não aplicável

n) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada consta

12.6. Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal: vide tabela abaixo

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários: não aplicável

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo: não aplicável

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a) administradores do emissor; b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não existe

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; b. controlador direto ou indireto do emissor; c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há relação

Tabela - Percentual de participação dos membros nas reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal (itens 12.6 e 12.8)

Conselheiros Titulares	Conselho Fiscal
Ivan Mendes do Carmo	88%
Danielle Pinho Soares Alcântara Crema	N/A
José Mauro Laxe Vilela	100%
Sandro Kohler Marcondes	N/A
Taiki Hirashima	75%
Conselheiros Suplentes	Conselho Fiscal
Tarcisio Luiz Silva Fontenele	N/A
Marcus Pereira Aucélio	N/A
Wanderley Fernandes da Silva	N/A
José Pedro da Broi	N/A
Carla Alessandra Trematore	25%

Anexo IV

Remuneração dos Administradores

(Conforme Artigo 12, inciso II da Instrução CVM 481)

ITEM 13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Em reunião realizada em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a revisão da Política de Remuneração Executiva (PRE), que se aplica aos diretores estatutários e demais executivos da Companhia. Por meio desta política, a Companhia procura manter, atrair e assegurar que pessoas altamente qualificadas possam efetivamente contribuir para o seu melhor desempenho participando do seu resultado. Pretende-se, ainda, alinhar os interesses da administração com os dos acionistas da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Quanto aos diretores estatutários e não estatutários

A remuneração total terá três componentes, sendo uma parcela fixa e duas variáveis, uma de curto e outra de longo prazo. Assim,

$RT = RF + CP + ILP$, onde:

RF = remuneração fixa (salário ou honorários)

CP - remuneração variável de curto prazo

ILP – incentivo de longo prazo

1. REMUNERAÇÃO FIXA (RF)

Será definida anualmente a partir das referências de mercado. Sempre que possível e em consistência com a legislação aplicável, a Companhia procurará não corrigir os valores de forma automática por ocasião de acordos trabalhistas.

Os executivos contam, ainda, com os seguintes benefícios: plano de saúde, plano de aposentadoria complementar, seguro de vida e acidentes pessoais, plano odontológico e auxílio farmácia (exceto Diretores Estatutários).

2. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DE CURTO PRAZO (CP)

A CP privilegia a retenção dos executivos e o alinhamento de seus ganhos com os dos acionistas. Nesse sentido, quanto maior o impacto do programa, mais peso deverá ser atribuído às parcelas de CP. Nesse sentido, o montante de CP a distribuir entre os executivos elegíveis será equivalente a uma porcentagem do lucro operacional da Companhia.

Anualmente, concomitantemente com a aprovação do Plano de Ação (PA), o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos, definirá o valor da porcentagem de lucro operacional a ser aplicada no exercício seguinte. Essa definição levará em conta, dentre outros aspectos, a realidade econômico-financeira da Companhia e os respectivos programas de ação individuais e sua apuração variará diretamente com o alcance dos resultados ali definidos. Nos casos em que, função de sua data de admissão, o executivo contribua apenas parcialmente para os resultados do exercício fiscal (período do PA), será pago, por ocasião do pagamento aos demais eleitos, um valor p proporcional ao efetivo tempo de prestação de serviços no respectivo exercício, respeitado um período mínimo de três meses.

3. INCENTIVO DE LONGO PRAZO (ILP)

A despeito de não caracterizarem remuneração, os Programas (Programa para a Outorga de Opções de compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários e Empregados e Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos Embraer) são descritos nessa seção e em outras deste item 13 apenas em atendimento às orientações de seu preenchimento.

As condições gerais de incentivo de longo prazo adotadas pela Companhia têm por objetivos primordiais: (a) manter na Companhia e para elas atrair pessoal altamente qualificado; e (b) assegurar às pessoas que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários o direito de participar do resultado de sua contribuição. Pretende-se, ainda, assegurar a continuidade da administração da Companhia e alinhar os interesses dos diretores com os dos acionistas da Companhia.

Os valores planejados de ILP serão definidos em função das referências de mercado, respeitadas as condições estabelecidas no Plano de Incentivo de Longo Prazo da Embraer.

Quanto aos conselheiros de administração

Eleito pela assembleia geral com mandato de 2 anos, o conselheiro de administração não tem vínculo empregatício com a Empresa (à exceção dos que são eleitos pelos empregados) e a remuneração é estabelecida em coerência com as práticas de mercado.

Os conselheiros de administração que integram os comitês de assessoramento do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social, recebem uma remuneração adicional mensal, por cada comitê de que venham a participar.

Além dos honorários fixos mensais e, eventualmente, dos incentivos de longo prazo, a Empresa fornece (de forma opcional) aos conselheiros de administração os benefícios de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo e seguro saúde nos mesmos moldes do oferecido aos diretores estatutários da Companhia, com a coparticipação dos mesmos no custeio de cada benefício.

No caso de conselheiros suplentes, só cabe remuneração e benefícios e nas mesmas bases dos titulares, no caso e durante a efetiva substituição do respectivo conselheiro titular, seja por impedimento ou por vacância, nos termos do Artigo 29 do Estatuto Social da Companhia.

Quanto aos conselheiros fiscais

A remuneração dos conselheiros fiscais é determinada pela assembleia geral, equivalendo a, no mínimo, 10% da média dos honorários dos diretores estatutários, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Pode variar em função dos resultados da Companhia.

A tabela abaixo mostra a proporção do exercício encerrado em 31/12/2014

Órgão	Honorários	Participação em Comitês	Benefícios Diretos Indiretos	Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações (*)	Total Geral
Diretoria Estatutária	30,14%	-	3,64%	33,86%	7,18%	25,18%	100,00%
Conselho Administração	62,99%	14,68%	1,61%	-	-	20,72%	100,00%
Conselho Fiscal	88,77%	-	11,23%	-	-	-	100,00%

(*) refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo Prazo

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Honorários: definidos de acordo com a realidade de mercado, válido para o período do mandato.

CP: calculado em função do lucro operacional da Companhia de cada exercício. Os valores individuais são sujeitos, ainda, às respectivas avaliações de desempenho e das proporções definidas na PRE.

LP: os valores planejados de LP serão definidos em função das referências de mercado e das proporções definidas na PRE, respeitadas as condições estabelecidas em plano específico.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Os valores de remuneração total (RT) devem ser planejados anualmente, com base em pesquisas de mercado que considerem um grupo de empresas representativo do porte, complexidade e desafios da Embraer, privilegiando-se a retenção dos executivos e visando manter na Companhia e para ela atrair diretores e pessoas chave altamente qualificados, alinhando os interesses destes com os dos acionistas da Companhia. Além disso, objetiva-se assegurar aos executivos que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários, o direito de participar do resultado de sua contribuição.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa é definida em função da realidade de mercado e paga mensalmente (12 parcelas por ano) durante o período do mandato.

A CP e o ILP são variáveis em função dos resultados econômicos auferidos e influenciados pelos resultados das avaliações dos programas de ação individuais de cada diretor estatutário.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável de curto e longo prazo de todos os diretores estatutários é definida por fatores de desempenho individuais e fatores de avaliação da Empresa, portanto diretamente vinculada à evolução dos indicadores de desempenho.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O montante de CP a ser efetivamente distribuído aos executivos a cada exercício será determinado pela aplicação do percentual definido ao lucro operacional realizado no respectivo exercício. Por sua vez, a aquisição do direito ao recebimento da LP dar-se-á em data futura, conforme condições previstas em plano específico.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica porque as subsidiárias e controladas não remuneram administradores da Embraer.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não houve esta situação na Companhia.

ITEM 13.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. Órgão**
- b. Número de membros**
- c. Remuneração segregada em:**
- i. Remuneração fixa anual, segregada em:**
 - **salário ou pró-labore**
 - **Benefícios diretos e indiretos**
 - **Remuneração por participação em comitês**
 - **Outros**
 - ii. Remuneração variável, segregada em:**
 - **Bônus**
 - **Participação nos resultados**
 - **Remuneração por participação em reuniões**
 - **Comissões**
 - **Outros**
 - iii. Benefícios pós-emprego**
 - iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**
 - v. Remuneração baseada em ações**
- d. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

e. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Obs: O número de membros de cada órgão corresponde à média anual apurado mensalmente.

Valores em R\$ mil

Órgão	Qde Membros	Remuneração Fixa Anual				Remuneração Variável	Benefícios Motivados pela cessação do cargo	Remuneração Baseada em ações (*)	Total Geral	INSS
		Honorários	Participação em Comitês	Benefícios Diretos Indiretos						
Previsão Exerc. 2015										
Diretoria Estatutária	7,33	11.480	-	1.389	14.433	2.321	15.062	44.685	-	
Conselho Administração	11	7.605	1.944	173	-			9.722	-	
Total Administração	-	19.085	1.944	1.562	14.433	2.321	15.062	54.407	-	
Exercício 2014										
Diretoria Estatutária	8,17	12.243	-	1.478	13.751	2.917	10.226	40.615	-	
Conselho Administração	11	7.957	1.854	204	-	-	2.617	12.632	-	
Total Administração	-	20.200	1.854	1.682	13.751	2.917	12.843	53.247	-	
Exercício 2013										
Diretoria Estatutária	8,67	12.910	-	1.012	21.967	1.029	7.177	44.095	-	
Conselho Administração	11,67	4.770	1.632	208	-	-	604	7.214	-	
Total Administração	-	17.680	1.632	1.220	21.967	1.029	7.781	51.309	-	
Exercício 2012										
Diretoria Estatutária	8	11.589	-	1.022	12.680	-	7.325	32.616	2.568	
Conselho Administração	13	5.655	1.730	268	-	-	-	7.653	863	
Total Administração	-	17.244	1.730	1.290	12.680	-	7.325	40.269	3.431	
Conselho Fiscal										
Previsão Exerc. 2015	5	780	-	110	-	-	-	890	-	
Exercício 2014	5,17	775	-	98	-	-	-	873	-	
Exercício 2013	5	750	-	96	-	-	-	846	-	
Exercício 2012	5	715	-	94	-	-	-	809	68	

(*) refere-se ao custo das outorgas para a Companhia relativo aos Incentivos de Longo Prazo

ITEM 13.3 – Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

- a. **Órgão**
- b. **Número de membros**
- c. **Em relação ao bônus:**
 - i. **Valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. **Valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. **Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. **Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**
- d. **Em relação à participação no resultado:**
 - i. **Valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. **Valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. **Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. **Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2015 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	7,33	5	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	14.433	-	14.433

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	14.433	-	14.433
--	---	--------	---	--------

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2014 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11	8,17	5,17	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	16.550	-	16.550
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	13.751	-	13.751

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2013 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,67	8,67	5	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	21.967	-	21.967
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	21.967	-	21.967

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2012 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

Nº de membros	13	8	5	
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	12.680	-	12.680
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	12.680	-	12.680

ITEM 13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A despeito de não caracterizarem remuneração os Programas (Programa para a Outorga de Opções de compra de Ações da Embraer S.A. para Diretores Estatutários e Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Membros do Conselho de Administração) são descritos nessa seção e em outras deste item 13 apenas em atendimento às orientações de seu preenchimento.

Em 25 de abril de 2013 a assembleia aprovou (i) a alteração do Programa de Outorga de Opções de compra de Ações da Embraer S.A. para Empregados e Diretores Estatutários em vigor; e (ii) a criação do Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações da Embraer S.A. para Membros do Conselho de Administração.

Em 25 de fevereiro de 2014 o Conselho de Administração aprovou o Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Embraer.

Em 16 de abril de 2014 o Conselho de Administração aprovou o cancelamento da outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração.

**PROGRAMA PARA A OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA
DE AÇÕES DA EMBRAER S.A. PARA DIRETORES ESTATUTÁRIOS E
EMPREGADOS**

a. Termos e condições gerais

São elegíveis para participar do Programa os diretores e empregados da Companhia, os diretores (ou equivalentes) e empregados de suas controladas.

A administração do Programa competirá ao Conselho de Administração, que deverá contar com o devido assessoramento de seu Comitê de Recursos Humanos em todas as suas etapas.

Os demais termos e condições do Programa estão descritos nos itens a seguir.

b. Principais objetivos do plano

(i) manter na Companhia e para ela atrair pessoal altamente qualificado; e (ii) assegurar às pessoas que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários, o direito de participar do resultado de sua contribuição. Pretende-se, ainda, assegurar a continuidade da administração da Companhia e de suas controladas e alinhar os interesses dos diretores e pessoas chave da Companhia e de suas controladas com os dos acionistas da Companhia.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Programa contribuirá para a constante melhoria dos resultados da Companhia, proporcionando retorno crescente a seus acionistas e recompensa para aqueles que fundamentalmente construam esses resultados. Além disso, proporcionará a retenção e eventualmente a captação de executivos e de outras pessoas identificadas com fundamentais para o futuro e perpetuidade da Empresa.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Embora não se caracterize como remuneração o plano se insere na política da Companhia (juntamente com os salários ou honorários, e com a remuneração variável de curto prazo) podendo ou não ocorrer em função do comportamento da ação da Empresa em termos de valorização. Caracteriza-se, portanto, como um incentivo potencial de longo prazo, sem nenhuma garantia de efetiva realização.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Pela própria natureza da relação direta entre esses interesses: havendo valorização da ação, ganha o acionista e ganha o participante; não havendo valorização da ação, ambos deixam de ganhar. Além disto, pela possibilidade de maior retenção do participante pela Companhia ou até mesmo como atrativo no caso de uma contratação externa, os interesses também estarão alinhados.

f. Número máximo de ações abrangidas

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 1,5% das ações representativas do capital social da Companhia a cada exercício

A critério do Conselho de Administração, a origem das ações cujos direitos de compra serão outorgados a cada exercício poderá ser: (a) aquisição direta em bolsa de valores; (b) aumentos de capital, cumulativamente limitados a 5% do capital social da Companhia, observado ainda o limite estabelecido no Artigo 7º do Estatuto Social; (c) utilização de ações existentes em tesouraria.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Idem letra “f” acima.

h. Condições de aquisição de ações

Como regra geral, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (a) ao final, respectivamente, do terceiro e quarto anos contados a partir da data de outorga da opção de compra (“Data de Outorga”), o participante adquirirá o direito de exercer parcela correspondente a, respectivamente, 33% e 33% do número de ações integrantes do(s) lote(s) objeto da opção; e (b) ao final do quinto ano contado a partir da Data de Outorga, o Participante adquirirá o direito de exercer a parcela remanescente de 34%.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício da opção será fixado pelo Conselho de Administração, caso a caso, na Data de Outorga, obedecidos os seguintes princípios: (a) o preço de exercício será fixado em moeda corrente do País, a partir da cotação média ponderada das operações com ações da Companhia, praticada na BM&F BOVESPA, nos sessenta últimos pregões da Data de Outorga; (b) o valor obtido nos termos da alínea anterior poderá ser, a critério do Conselho de Administração, aumentado de até 30% para ajustar o efeito de movimentos que o Conselho de Administração entenda especulativos com reflexos sobre a cotação das ações no mesmo período.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Uma vez adquirido o direito ao exercício de cada parcela da opção, o Participante poderá exercê-lo, total ou parcialmente, de uma só vez ou em parcelas, até, no máximo, sete anos contados da Data de Outorga.

k. Forma de liquidação

De acordo com o item 9.1 do Programa, o preço de cada exercício da opção será pago no ato do referido exercício, em moeda corrente do País. Os itens 9.2 e 9.3 do Programa, indicam que o Conselho de Administração poderá estabelecer, dentre as alternativas lá mencionadas, em cada caso, outras formas de liquidação.

l. Restrições à transferência das ações

Não há restrições em relação à transferência das ações após serem exercidas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o Programa e as opções com base nele concedidas e ainda não exercidas serão automaticamente extintas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento da Companhia em razão de invalidez permanente, o término do prazo para o exercício da opção será antecipado, de modo a não exceder doze meses contados da data do desligamento, devendo o preço do exercício ser pago à vista, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento da Companhia em razão de morte, o direito ao exercício da opção adquirido pelo Participante transferir-se-á aos seus sucessores, o qual será antecipado, de modo a não exceder doze meses contados da data do óbito, devendo o preço do exercício ser pago à vista, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

Nas demais hipóteses de desligamento da Companhia, o término do prazo para o exercício da opção será antecipado, de modo a não exceder seis meses contados da data do desligamento, devendo o preço do exercício ser pago à vista, ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração.

PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO PARA EXECUTIVOS DA EMBRAER

Principais características do plano:

a. Termos e condições gerais

São elegíveis para participar do Plano os diretores e empregados da Companhia, os diretores (ou equivalentes) e empregados de suas controladas.

Os valores de ILP fixados para os participantes serão convertidos em “Ações Virtuais”, com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações de emissão da Companhia na BM&F Bovespa S.A (“EMBR3”) nos 30 últimos pregões da data em que o Conselho de Administração tiver fixado os respectivos valores (“Data de Concessão”).

As Ações Virtuais atribuídas a cada Participante serão divididas em duas classes, sendo 50% na forma de “Ações Virtuais Restritas” e 50% na forma de “Ações Virtuais de Performance”

Os demais termos e condições do Programa estão descritos nos itens a seguir.

b. Principais objetivos do plano

Este Plano tem por objetivo primordial manter na Companhia e nas empresas por ela controladas, direta ou indiretamente (“Controladas”), e para elas atrair pessoal altamente qualificado.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio do Plano, a Companhia cria mecanismos para assegurar aos executivos que possam efetivamente contribuir para o melhor desempenho da Companhia e de seus valores mobiliários, o direito de participar do resultado de sua contribuição.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia integrando a remuneração total do participante. Caracteriza-se como um incentivo potencial de longo prazo.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Participantes somente adquirirão o direito ao recebimento do ILP se satisfeitas as condições resolutivas estabelecidas no item “j” abaixo, a partir do que a Companhia procederá ao pagamento dos valores de ILP convertendo as Ações Virtuais em moeda nacional (R\$) com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações EMBR3 nos dez últimos pregões anteriores ao 15º dia dos meses de aniversário descritos no item “j” abaixo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável

h. Condições de aquisição de ações

Não aplicável

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Ações Virtuais Restritas: o Participante terá o direito de receber o valor correspondente às Ações Virtuais Restritas na medida em que permaneça continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de suas Controladas durante os prazos e nas proporções especificadas a seguir: (i) 33% após o terceiro aniversário da Data de Concessão; (ii) 33% após o quarto aniversário da Data de Concessão, e (iii) 34% após o quinto aniversário da Data de Concessão;

Ações Virtuais de Performance: o Participante terá o direito de receber o valor correspondente a 100% do montante de suas Ações Virtuais de Performance no terceiro aniversário da Data de Concessão, desde que o valor econômico agregado (Economic Value Added - EVA) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

k. Forma de liquidação

Não aplicável

l. Restrições à transferência das ações

Não aplicável

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Companhia, o Plano e os direitos com base nele concedidos e ainda não auferidos serão automaticamente extintos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento do participante em razão de morte, invalidez permanente ou aposentadoria (exceto aposentadoria proporcional), ressalvada deliberação diversa do Conselho de Administração, todas as Ações Virtuais a eles atribuídas serão convertidas com base na cotação média (ponderada pelo volume de negociação) das ações EMBR3 nos dez últimos pregões da data do respectivo desligamento, sendo procedido o pagamento juntamente com as demais verbas rescisórias aplicáveis.

No caso de morte, o pagamento será efetuado aos sucessores do Participante, nos termos da lei.

No caso de aposentadoria em outros países, deve-se utilizar a mesma conceituação, adaptada às condições específicas da legislação local.

Nas demais hipóteses de desligamento, o Participante não fará jus a quaisquer pagamentos de ILP, ressalvada deliberação diversa do CA.

ITEM 13.5 – Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Em 31 de dezembro de 2014 os membros do Conselho de Administração da Embraer detinham 1.304 ações ordinárias, os membros da Diretoria Estatutária da Embraer detinham 263.592 ações ordinárias, e os membros do Conselho Fiscal detinham 1 ação ordinária da Embraer.

ITEM 13.6 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente - 2015 (Ações Virtuais)

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	-	7
Data da outorga	-	03/03/2015
Qtd de ações virtuais outorgadas	-	563.978, sendo 281.989 ações virtuais restritas e 281.989 ações virtuais de performance
Prazo para que as ações virtuais adquiram o direito de exercício	-	Ações virtuais de performance – 100% em 03/03/2018 Ações virtuais restritas: 33% a partir de 03/03/2018 33% a partir de 03/03/2019 34% a partir de

		03/03/2020
Prazo máximo para exercício das ações virtuais	-	Não se aplica
Prazo de restrição á transferência das ações virtuais	-	Não se aplica
Preço médio ponderado de exercício para cada ação virtual	-	N/A
* Em aberto no início do exercício	-	563.978
* Perdas durante o exercício social	-	-
* Exercidas durante o exercício social	-	-
* Expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data da outorga:	-	Não se aplica
4º ano (100%)	-	-
3º ano (33%)	-	-
4º ano (33%)	-	-
5º ano (34%)	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações outorgadas	-	Não se aplica

Obs: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2017, desde que o (Economic Value Added – EVA) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2014 (Ações Virtuais)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
-----------------	----------------------------------	------------------------------

b. Número de membros	-	8
c.i. Data da outorga	-	25/02/2014
c.ii. Qtd de ações virtuais outorgadas	-	776.384, sendo 388.192 ações virtuais restritas e 388.192 ações virtuais de performance
c.iii. Prazo para que as ações virtuais adquiram o direito de exercício	-	Ações virtuais de performance - 100% em 25/02/2017 Ações virtuais restritas: 33% a partir de 25/02/2017 33% a partir de 25/02/2018 34% a partir de 25/02/2019
c.iv. Prazo máximo para exercício das ações virtuais	-	Não se aplica
c.v. Prazo de restrição á transferência das ações virtuais	-	Não se aplica
c.vi. Preço médio ponderado de exercício para cada ação virtual	-	N/A
* Em aberto no início do exercício	-	776.384
* Perdidas durante o exercício social	-	-
* Exercidas durante o exercício social	-	-
* Expiradas durante o exercício social	-	-

d. Valor justo das opções na data da outorga:	-	Não se aplica
4º ano (100%)	-	-
3º ano (33%)	-	-
4º ano (33%)	-	-
5º ano (34%)	-	-
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações outorgadas	-	Não se aplica

Obs: 100% das ações virtuais de performance poderão ser exercidas a partir do exercício de 2017, desde que o (Economic Value Added – EVA) acumulado nos três exercícios sociais imediatamente anteriores seja positivo, com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2013.

Outorga de	25 abril 2013	20 março 2013
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	10	8
c.i. Data da outorga	25/04/2013	20/03/2013
c.ii. Qtd de opções outorgadas	584.400	1.999.000
c.iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	100% a partir de 25/04/2017	33% a partir de 20/03/2016 33% a partir de 20/03/2017 34% a partir de 20/03/2018
c.iv. Prazo máximo para exercício das opções	25/04/2019	20/03/2020
c.v. Prazo de restrição á transferência das ações	Não há	Não há

c.vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de opções	R\$ 16,81 584.000	R\$ 15,71 1.999.000
* Em aberto no início do exercício	- -	- -
* Perdas durante o exercício social		
* Exercidas durante o exercício social		
* Expiradas durante o exercício social		
d. Valor justo das opções na data da outorga:	- R\$ 5,51	
4º ano (100%)		
3º ano (33%)	-	R\$ 4,47
4º ano (33%)	-	R\$ 5,29
5º ano (34%)	-	R\$ 5,97
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações outorgadas	0,08%	0,32%

OBS: Em 16 de abril de 2014, ocorreu o cancelamento das outorgas concedidas aos membros do Conselho de Administração, com pagamento de indenização realizado aos participantes do plano, cujos eventuais efeitos não foram representativos e foram reconhecidos na informação trimestral de 30 de junho de 2014.

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2012.

Outorga de 23 de janeiro de 2012.

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	-	7
c.i. Data da outorga	-	23/01/2012
c.ii. Qtd de opções outorgadas	-	2.130.000

c.iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	33% a partir de 23/01/2015 33% a partir de 23/01/2016 34% a partir de 23/01/2017
c.iv. Prazo máximo para exercício das opções	-	23/01/2019
c.v. Prazo de restrição á transferência das ações		Não há
c.vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de opções: * Em aberto no início do exercício * Perdas durante o exercício social * Exercidas durante o exercício social * Expiradas durante o exercício social	-	R\$ 11,50 2.130.000 - - -
d. Valor justo das opções na data da outorga: 3º ano (33%) 4º ano (33%) 5º ano (34%)	- - -	R\$ 3,51 R\$ 4,00 R\$ 4,35
e. Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações outorgadas	-	0,33%

ITEM 13.7 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

1ª OUTORGA – 30/04/2010

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	-	6
c. Em relação às opções ainda não exercíveis: i. Quantidade ii. Data em que tornarão exercíveis iii. Prazo máximo para exercício das opções iv. Prazo de restrição à transferência das ações v. Preço médio ponderado de exercício vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social:	- - - - - -	- - - - - -
d. Em relação às opções exercíveis: i. Quantidade ii. Prazo máximo para exercício das opções iii. Prazo de restrição à transferência das ações iv. Preço médio ponderado de exercício v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	- - - - -	- 30/04/2015 - R\$ 10,19 -

vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 3,44
	-	-

2ª OUTORGA de 18/01/2011

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	-	7
c. Em relação às opções ainda não exercíveis:		
i. Quantidade	-	-
ii. Data em que tornarão exercíveis	-	-
iii. Prazo máximo para exercício das opções	-	-
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
v. Preço médio ponderado de exercício	-	-
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social:	-	-
d. Em relação às opções exercíveis:		
i. Quantidade	-	297.200
ii. Prazo máximo para exercício das opções	-	18/01/2016
iii. Prazo de restrição à	-	Não se aplica

transferência das ações		
iv. Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 12,05
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 3,62
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 1.075.864,00

3ª OUTORGA de 23/01/2012

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	-	7
c. Em relação às opções ainda não exercíveis:		
i. Quantidade	-	1.427.100
ii. Data em que tornarão exercíveis	-	702.900 em 23/01/2016 724.200 em 23/01/2017
iii. Prazo máximo para exercício das opções	-	23/01/2019
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
v. Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 11,50
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social:		
3º ano	-	R\$ 3,51
4º ano	-	R\$ 4,00

5º ano	-	R\$ 4,35
d. Em relação às opções exercíveis:		
i. Quantidade	-	702.900
ii. Prazo máximo para exercício das opções	-	23/01/2019
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
iv. Preço médio ponderado de exercício	-	Não se aplica
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	Não se aplica
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	Não se aplica

4ª OUTORGA de 20/03/2013

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	-	8
c. Em relação às opções ainda não exercíveis:		
i. Quantidade	-	1.999.000
ii. Data em que tornarão exercíveis	-	33% em 20/03/2016 33% em 20/03/2017 34% em 20/03/2018
iii. Prazo máximo para exercício das opções	-	20/03/2020
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há

<p>v. Preço médio ponderado de exercício</p> <p>vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social:</p> <p> 3º ano</p> <p> 4º ano</p> <p> 5º ano</p>	<p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>R\$ 11,50</p> <p>R\$ 3,51</p> <p>R\$ 4,00</p> <p>R\$ 4,35</p>
<p>d. Em relação às opções exercíveis:</p> <p>i. Quantidade</p> <p>ii. Prazo máximo para exercício das opções</p> <p>iii. Prazo de restrição à transferência das ações</p> <p>iv. Preço médio ponderado de exercício</p> <p>v. Valor justo das opções no último dia do exercício social</p> <p>vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social</p>	<p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>Não se aplica</p> <p>Não se aplica</p> <p>-</p> <p>Não se aplica</p> <p>Não se aplica</p> <p>Não se aplica</p>

5ª OUTORGA de 25/04/2013 (Essa outorga foi cancelada em abril de 2014.)

<p>a. Órgão</p>	<p>Conselho de Administração</p>	<p>Diretoria Estatutária</p>
<p>b. Número de membros</p>	<p>10</p>	<p>-</p>
<p>c. Em relação às opções ainda não exercíveis:</p> <p>i. Quantidade</p>	<p>584.000</p>	<p>-</p>

ii. Data em que tornarão exercíveis	25/04/2017	
iii. Prazo máximo para exercício das opções	25/04/2019	-
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
v. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 16,81	-
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social:		
4º ano	5,51	-
d. Em relação às opções exercíveis:		
i. Quantidade	-	-
ii. Prazo máximo para exercício das opções	-	-
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
iv. Preço médio ponderado de exercício	-	-
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

ITEM 13.8 – Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

1ª OUTORGA – 30/04/2010 - ESTATUTÁRIOS

a. Órgão	Exercício 2012	Exercício 2013	Exercício 2014
b. Número de membros	6	6	2
c. Em relação às opções exercidas informar:			
i. Número de ações	1.047500	1.400.000	135.000
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,19	R\$ 10,19	R\$ 10,19
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 4.984.368,00	R\$ 13.507.175,31	R\$ 1.484.850,00
d. Em relação às ações entregues informar:			
i. Número de ações	N/A	N/A	N/A
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.	-	-	-

2ª OUTORGA – 18/01/2011- ESTATUTÁRIOS

a. Órgão	Exercício 2012	Exercício 2013	Exercício 2014
b. Número de membros	6	5	5
c. Em relação às opções exercidas informar:			
i. Número de ações	214.000	493.500	1.420.300

ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 12,05	R\$ 12,05	R\$ 12,05
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 774.480,00	R\$ 2.937.056,10	R\$ 13.025.777,00
d. Em relação às ações entregues informar:			
i. Número de ações	N/A	N/A	N/A
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.	-	-	-

ITEM 13.9 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) Modelo de precificação; (b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; (d) Forma de determinação da volatilidade esperada; e (e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

O preço de exercício de cada opção é definido na data da outorga de opção pela média ponderada da cotação dos últimos sessenta pregões, podendo ser ajustados em até 30% para anular eventuais movimentos especulativos. O participante terá um prazo máximo de 5 anos para exercício da opção para as outorgas efetuadas em 30 de abril de 2010 e 18 de janeiro de 2011.

Em assembleia realizada dia 10 de janeiro de 2012, foi aprovada a alteração do prazo para exercício das opções de ações para até 7 anos contados a partir da data da outorga.

Com essa alteração, o participante da outorga efetuada em 23 de janeiro de 2012 e em 20 de março de 2013, terá um prazo máximo de 7 anos para exercício da opção.

Em assembleia realizada em 25 de abril de 2013, foi aprovada a criação do Programa para Outorga de Opções de Compra de Ações para Membros do Conselho de Administração. Assim, com relação às outorgas efetuadas em 25 de abril de 2013, o prazo máximo de exercício é de 6 anos. Em abril de 2014, as outorgas destinadas aos membros do Conselho de Administração da Embraer foram canceladas.

O valor justo atribuído às opções foi determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Este modelo leva em consideração o valor do ativo objeto, preço de exercício, tempo a decorrer até o exercício, probabilidade da opção ser exercida, volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 60 pregões e taxa de juros ponderada para o período de cada lote baseadas na taxa DI divulgada pela BM&F Bovespa. Vale destacar que o tempo a decorrer até o exercício foi mensurado conforme decisão da administração e considera o final do período de carência como base para o cálculo, ou seja, as opções são calculadas com prazos de exercícios determinados de três, quatro e cinco anos. A adoção dessa premissa levou em consideração o entendimento da administração de que o exercício da opção ocorrerá ao final de cada período de carência devido à alta liquidez e ao alto ganho previsto para cada ação.

Dados e Premissas	Programa 2010
Data da Outorga	30/04/2010
Preço da Ação (R\$)	R\$ 10,29
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 10,19
Volatilidade Esperada (ano)	31,72%
Prazo de vida da opção (último vesting)	30/04/2017
Dividendos Esperados (Payout)	2,10%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	12,45%

Dados e Premissas	Programa 2011
Data da Outorga	18/01/2011
Preço da Ação (R\$)	R\$ 12,05
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 12,05
Volatilidade Esperada (ano)	31,19%
Prazo de vida da opção (último vesting)	18/01/2018
Dividendos Esperados (Payout)	2,70%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	12,33%

Dados e Premissas	Saldo do Programa de 2011
Data da Outorga	16/03/2011
Preço da Ação (R\$)	R\$ 12,89
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 12,89
Volatilidade Esperada (ano)	29,60%
Prazo de vida da opção (último vesting)	16/03/2018
Dividendos Esperados (Payout)	2,70%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	12,44%

Dados e Premissas	Programa 2012
Data da Outorga	18/01/2011
Preço da Ação (R\$)	R\$ 11,50
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 11,50
Volatilidade Esperada (ano)	37,03%
Prazo de vida da opção (último vesting)	18/01/2018
Dividendos Esperados (Payout)	2,00%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	10,93%

Dados e Premissas	Programa 2013
Data da Outorga	20/03/2013
Preço da Ação (R\$)	R\$ 15,71
Preço do Exercício (R\$)	R\$ 15,71
Volatilidade Esperada (ano)	30,11%
Prazo de vida da opção (último vesting)	20/03/2020
Dividendos Esperados (Payout)	1,62%
Taxa de Juros Livre de Risco (ao ano, base 252 dias úteis)	9,33%

ITEM 13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	8 diretores, sendo que todos participam do Plano
c. Nome do plano	Plano de Previdência Complementar - Embraer Prev
d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2 (dois) reúnem as condições para aposentadoria em 31/12/2014

e. Condições para se aposentar antecipadamente

- i- 55 anos de idade;
- ii- 120 contribuições mensais;
- iii- Rompimento do vínculo empregatício;
- iv- Requerimento Formal à Entidade.

ou

- i- 60 anos de idade;
- ii- 60 contribuições mensais;
- iii- Rompimento do vínculo empregatício;
- iv- Requerimento Formal à Entidade.

Observações importantes:

1) No caso de participante fundador, a carência a que se refere o item “ii” acima será de sessenta contribuições mensais.

2) Ao participante não fundador, que conte com pelo menos 60 anos de idade, terá a carência de que trata o item “ii” acima reduzida para 60 contribuições mensais, para o gozo de renda mensal de aposentadoria antecipada.

3) Considera-se participante fundador o empregado que estava vinculado à Patrocinadora em 31.12.98 e que tenha se inscrito no Plano de Aposentadoria Complementar em até sessenta dias contados a partir do início de seu funcionamento, desde que mantenha o referido vínculo na data de sua inscrição ao plano.

<p>f. Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</p>	<p>Reserva Patronal de Poupança Total vinculada aos 8 Diretores Estatutários que Participam do Plano Embraer Prev, atinente às contribuições previdenciais realizadas pela Patrocinadora Embraer S.A., devidamente atualizada pela rentabilidade do Plano, posicionada em 31/12/2014: R\$ 7.027.360,41.</p> <p>Salienta-se que o valor acima se encontra líquido da Contribuição Administrativa do Plano.</p>
<p>g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</p>	<p>Contribuições da Patrocinadora Embraer S.A., vertidas aos 8 Diretores Estatutários que Participam do Plano Embraer Prev, relativas ao exercício de 2014: R\$ 928.443,08.</p> <p>Salienta-se que o valor acima encontra-se bruto, ou seja, contemplando a Contribuição Administrativa de 2% incidente sobre a contribuição da Patrocinadora.</p> <p>O valor líquido é de R\$ 909.874,22.</p>

<p>h. Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições</p>	<p>O resgate pode ser realizado para os participantes do Plano que rescindirem o seu contrato de trabalho com a Patrocinadora (Embraer S.A.), sendo calculado da seguinte forma: 100% do saldo de contribuição de participante e % do saldo de conta de patrocinadora, de acordo com o tempo de serviço ininterrupto, considerado sempre o último período de vínculo empregatício, e referidos saldos atualizados pela rentabilidade do Plano:</p> <ul style="list-style-type: none">- Até 3 anos: 0%;- De 03 anos e 1 dia até 5 anos: 15%;- De 05 anos e 1 dia até 9 anos: 25%;- De 09 anos e 1 dia até 12 anos: 35%;- De 12 anos e 1 dia até 15 anos: 45%;- De 15 anos e 1 dia até 20 anos: 65%;- Acima de 20 anos: 75%. <p><i>Observações importantes:</i></p> <p>1) Os participantes que já tiverem cumprido o tempo necessário para se aposentar e antes de requerer o benefício, poderão optar pelo resgate de seu saldo total, desde que rescindido o seu contrato de trabalho.</p> <p>2) Há possibilidade de saque à vista de até 25% do saldo total, quando do requerimento formal a um benefício pelo Plano Embraer Prev, e transformação do saldo remanescente em benefício calculado mensalmente a partir de opção de percentual entre 0% e 2% do saldo remanescente ou por um período mínimo de 5 anos e máximo de 30 anos.</p>
---	--

ITEM 13.11 – Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a. Órgão

b. Número de membros

c. Valor da maior remuneração individual

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do Processo nº 2010.510102888-5.

d. Valor da menor remuneração individual

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do Processo nº 2010.510102888-5.

e. Valor médio de remuneração individual

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos do Processo nº 2010.510102888-5.

ITEM 13.12 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Embraer mantém apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), contratada com a Itaú Seguros S/A. mediante ao pagamento de prêmio no valor de US\$ 869.693,27, com vigência de 30/05/2014 a 30/05/2015, tendo como limite global de indenização US\$ 100 milhões. Este seguro é contratado para proteger os atuais Conselheiros (Administração ou Fiscal), Diretor (Estatutário ou não), Administrador e/ou Procurador com poderes de gestão, contra reclamações de responsabilidade civil, motivadas por atos danosos cometidos no exercício de suas funções, fornece também garantias para casos de responsabilidade que venha a atingir cônjuge, herdeiros, sucessores, representantes legais e pessoas indicadas pela Embraer para atuarem como Administradores de entidades externas. Essa proteção se estende também aos executivos que se desligaram da Companhia, na eventualidade de alguma penalidade relacionada com os assuntos praticados durante sua administração. O referido seguro, além de contemplar a reparação de danos causados a terceiros, à Companhia e suas controladas por imputações feitas por órgãos governamentais, cobre, também, acordos previamente autorizados pela seguradora com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais. Além do pagamento de custos de defesa dos Segurados, como e quando devidos.

ITEM 13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não se aplica pois após a reestruturação societária realizada em maio de 2006, a Embraer passou a ter o capital pulverizado, sem controlador.

ITEM 13.14 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal,

agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica porque os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais, não prestaram serviços comissionados, de consultoria ou assessoria para a Companhia.

ITEM 13.15 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não houve valores reconhecidos no resultado de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal. No caso de controladores, não se aplica, tendo em vista o fato da Companhia não ter controlador.

ITEM 13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não aplicável.

Anexo V

Comentários dos Administradores

(Conforme Artigo 9º, inciso III da Instrução CVM 481)

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A posição de liquidez da Empresa verificada tanto pelo disponível, quanto pelo caixa líquido (disponibilidades menos endividamento total), diminuiu em relação a 2013. Ao final do exercício de 2014 o caixa líquido teve uma redução de 122%, atingindo R\$ 224,2 milhões negativo.

A Embraer encerrou o ano com um endividamento total de R\$ 6.622,0 milhões, 30% maior do que os R\$ 5.140,6 milhões do exercício de 2013 e 58% maior do que o endividamento ao final do ano 2012 que foi de R\$ 4.222,8 milhões. Do endividamento total, 96% referem-se a linhas de longo prazo. O endividamento é composto de R\$ 4.434,4 milhões (67%) em linhas de crédito denominadas em sua maioria em dólares e o restante R\$ 2.227,6 milhões (33%) são denominados em reais, sendo que o prazo médio de endividamento é de 5,4 anos.

A posição de estoque encerrou o ano em R\$ 6.388,9 milhões, 19,2% acima do valor correspondente a dezembro de 2013, que foi de R\$ 5.358,3 milhões. O valor total dos estoques na moeda funcional da Companhia apresentou um acréscimo de 5,2%, sendo que a valorização do Dólar ao final do ano foi de aproximadamente 13,39%. Em 2012, a posição de estoque encerrou o ano em R\$ 4.407,7 milhões.

Indicadores Patrimoniais

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer, comparados aos últimos três anos:

Destques Consolidados			
Valores em R\$ milhões	2012	2013	2014
Disponível(*)	4.853,9	6.146,1	6.437,8
Contas a Receber de clientes, líquida	1.094,3	1.355,5	1.869,0
Financiamentos a Clientes	224,0	172,6	182,0
Estoques	4.407,7	5.358,3	6.388,9
Ativo permanente (**)	5.519,0	7.267,8	8.731,1
Fornecedores	1.550,4	2.374,4	2.604,6
Endividamento - Curto Prazo	687,1	185,9	238,1
Endividamento - Longo Prazo	3.535,7	4.954,7	6.423,9
Patrimônio Líquido	6.846,5	8.509,0	10.265,5

(*) Inclui Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros ativos de curto prazo

(**) Inclui Imobilizado, Intangível e Investimentos

Indicadores Consolidados * valores em R\$ milhões	2012	2013	2014
Dívida / Patrimônio Líquido*	0,6	0,6	0,6
Giro dos Estoques*	2,1	2,0	1,9
Giro dos Ativos*	0,6	0,6	0,5
ROA	3,6%	3,3%	2,9%
ROE	10,2%	9,1%	7,8%
ROCE (US\$)	13,3%	14,7%	11,6%

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a posição de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento financeiro em R\$ 631,2 milhões e R\$ 1.005,5, respectivamente, resultando em termos líquidos, em uma estrutura de capital sem alavancagem. Em 2014 o endividamento financeiro foi superior à posição de caixa em R\$ 224,2 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Embraer mantém capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma sólida posição de caixa. Em 31 de dezembro de 2014 o caixa total atingiu a cifra de R\$ 6.437,8 milhões. No conceito líquido (caixa total menos endividamento financeiro) a empresa apresentou um saldo negativo de R\$ 224,2 milhões em dezembro de 2014.

A geração operacional medida pelo EBITDA – lucro antes das despesas de juros, impostos, depreciação e amortizações na sigla em inglês, apresentou em 2014 um resultado de R\$ 1.980,4 milhões, resultando uma relação dívida financeira total\EBITDA de 3,36.

valores em R\$ milhões	2012	2013	2014
Caixa (Endividamento) Líquido	631,2	1.005,6	(224,2)
EBITDA	1.762,7	2.239,1	1.980,7
Endividamento Financeiro	4.222,8	5.140,6	6.662,0
Patrimônio Líquido	6.846,5	8.509,0	10.265,5
Despesas Financeiras	275,4	571,8	453,4
Endividamento Financeiro / EBITDA	2,40	2,30	3,36
EBITDA / Despesas Financeiras	6,40	3,92	4,37
Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	0,62	0,60	0,65

Quadro resumo da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

valores em R\$ milhões	2012 ¹	2013 ¹	2014 ¹
Ativo circulante	10.950,6	13.511,9	15.434,4
Realizável a longo prazo	2.904,5	2.980,6	3.488,1
Investimentos	7,3	-	1,1
Imobilizado	3.552,5	4.669,6	5.381,0
Intangível	1.959,3	2.598,2	3.349,1
Total do Ativo	19.374,2	23.760,3	27.653,6
Passivo circulante	5.698,4	6.776,7	6.781,1
Exigível a longo prazo	6.829,3	8.474,6	10.607,1
Participação dos não controladores	187,8	231,8	265,5
Patrimônio líquido	6.658,7	8.277,3	10.000,0
Total do Passivo	19.374,2	23.760,3	27.653,6

¹ extraído das demonstrações financeiras auditadas

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos em ativos não circulantes consistem principalmente em gastos em pesquisa e desenvolvimento associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente, tais investimentos são suportados com recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, principalmente dos órgãos de financiamento públicos BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, adiantamentos de clientes e, em nível menor, aumentos de capital para atender a essas necessidades.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste relatório, acredita-se que as fontes de financiamento tradicionais serão suficientes para atender às necessidades de capital para manutenção dos investimentos e capital de giro, incluindo (1) continuar melhorando a família de jatos EMBRAER 170/190, jatos do E-2, os jatos executivos Phenom 100, 300 e Lineage 1000, (2) desenvolver os novos jatos executivos Legacy 450/500, (3) efetuar outros gastos de capital previstos. Até o momento, o acesso a fontes de liquidez não sofreu impacto significativo do ambiente atual de crédito e não se espera que esse tipo de impacto ocorra em futuro próximo.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Ao final de 2014 o endividamento financeiro total somava R\$ 6.622,0 milhões (R\$ 5.140,6 milhões em 2013) dos quais 96% eram dívidas de longo prazo (96% em 2013). O custo médio ponderado da dívida denominada em Dólares diminuiu de 5,81% a.a. em 2013 para 5,56% a.a. em 2014 enquanto que o custo da dívida denominada em Reais diminuiu de 6,17% a.a. para 6,00% a.a. respectivamente em 2013 e 2014.

Perfil de vencimento do endividamento		
Ano	Valor em R\$	%
2015	238,2	3,6%
2016	1.094,9	16,4%
2017	1.212,3	18,2%
2018	249,5	3,7%
2019	189,6	2,8%
Após 2019	3.677,5	55,2%
Total	6.662,0	100,0%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em outubro de 2006, a subsidiária integral, Embraer Overseas, emitiu US\$ 400 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a. e vencimento em janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor era de R\$ 643,4 milhões incluindo principal e juros acumulados. Atualmente, 95% dessas notas estão registradas na SEC – Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos e, os 5,0 % remanescentes, estão listadas na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

Em outubro de 2009, a Embraer Overseas emitiu US\$ 500 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a. e vencimento em janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor era de R\$ 429,3 milhões, incluindo principal e juros acumulados. Estas notas foram listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

As duas emissões de notas garantidas têm juros pagos semestralmente e são incondicionalmente garantidas pela Embraer.

Em 31 de março de 2011, a Embraer S.A. assinou contratos de Financiamento com o BNDES e com a FINEP em Reais, classificado como Desenvolvimento de Projetos, cujo prazo de vencimento será em abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2014 o montante desembolsado foi de R\$ 540,5 milhões e o saldo devedor de principal mais juros em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 360,5 milhões.

Em 15 de Junho de 2012, a Embraer S.A captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de junho de 2022, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 5,15% ao ano. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.324,3 milhões.

Entre os meses de agosto e setembro de 2013 a Embraer S.A por meio de sua subsidiária Embraer Overseas Limited efetuou a oferta de permuta para os atuais títulos com vencimento em 2017 e 2020 para “Notas Novas” com vencimento para 2023. Para os títulos de 2017 a Oferta de Permuta resultou em US\$ 146,4 milhões do valor principal total das Notas vigentes e US\$ 337,2 milhões do valor principal total das Notas de 2020, representando aproximadamente 54,95% de Notas permutadas. O total da “Oferta de Permuta” considerando os efeitos do preço de permuta nas negociações e emissão total das Notas Novas fechou em aproximadamente US\$ 540,5 milhões em valor principal a uma taxa de 5,696% e com vencimento final para 16 de setembro de 2023. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.307,0 milhões.

Em dezembro de 2013, a Embraer S.A. assinou um contrato junto ao BNDES para utilização em Desenvolvimento de Projetos no montante de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão equivalente a US\$ 531,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2014 o montante desembolsado foi R\$ 555,8 milhões. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 558,0 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Do total do endividamento, R\$ 6.622,2 milhões, 8,5% correspondem a dívidas com garantias. Esses 8,5% representavam em 31 de dezembro de 2014 o montante total de R\$ 565,1 milhões e são relativos principalmente com as linhas de financiamento de longo prazo junto a FINEP e BNDES. As garantias constituídas compreendem uma combinação de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e fiança bancária que totalizam R\$ 1.226,8 milhões de garantias.

Todas as demais linhas de crédito e financiamentos são dívidas sem garantias reais e concorrem pari passu com os outros débitos da companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Alguns dos contratos de financiamento de longo prazo incluem obrigações e restrições usuais de mercado, incluindo limites para alavancagem financeira, calculado como dívida líquida total sobre EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 3,5: 1; manutenção de capacidade de cobertura do serviço da dívida, calculada como EBITDA sobre despesas financeiras líquidas de 2,25:1. Além disso, incluem também restrições para a concessão de garantias reais, mudanças significativas no controle acionário, disposição ou venda material de ativos, pagamentos de dividendos acima do mínimo exigido por lei em situações de inadimplência, bem como restrições à realização de transações com subsidiárias e afiliadas fora dos padrões normais de mercado.

Na data deste relatório a Empresa está totalmente adimplente com tais cláusulas restritivas.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A linha contratada em dezembro de 2013 junto ao BNDES será desembolsada mediante ao andamento das etapas em relação aos Desenvolvimentos dos Projetos. O montante desembolsado durante o ano de 2014 foi de R\$ 555,8 milhões.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

ITEM 10.2 – Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Em 2014, a Embraer atingiu as estimativas anuais divulgadas ao mercado de receita líquida e de margem EBITDA e ficou ligeiramente abaixo de sua estimativa de margem operacional (EBIT).

Estimativas 2014



Receita Líquida e Margem Bruta

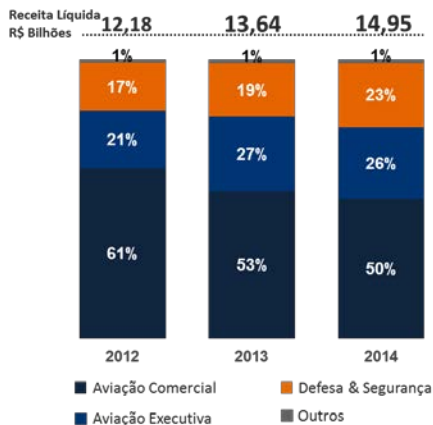
A receita líquida do ano foi de R\$ 14.935,9 milhões (US\$ 6.288,8 milhões), em linha com as estimativas da Empresa e 10% maior que os R\$ 13.635,8 milhões de 2013.

Em 2014, a Embraer entregou 215 aeronaves, número exatamente igual às entregas do ano anterior, porém o crescimento da receita líquida se deu principalmente devido à variação cambial ocorrida no período, de cerca de 9%, que afetou positivamente a receita em real, além do forte crescimento da receita do negócio de Defesa e Segurança, que aumentou 32% em relação a 2013.

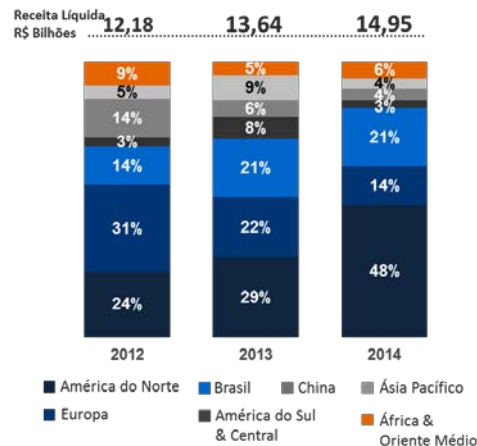
A margem bruta foi de 19,8%, 2,9 p.p. menor que em 2013, devido principalmente à mudança do *mix* de produtos no segmento de Aviação Comercial, que teve aumento nas entregas das aeronaves E175, de menor valor que as aeronaves E190 e E195, além da queda no número de entregas de jatos grandes na aviação executiva.

Receita por Segmento de Negócio e por Região

Em 2014, a receita líquida para o negócio de Aviação Comercial atingiu R\$ 7.475,6 milhões, 4% maior que em 2013. O negócio de Aviação Executiva obteve receita de R\$ 3.847,3 milhões, 5% maior que no ano anterior. A receita líquida do negócio de Defesa e Segurança foi de R\$ 3.428,8 milhões, 32% maior que em 2013. Outros negócios geraram R\$ 184,2 milhões de receita em 2014. A participação de cada negócio na receita total da Companhia assim como sua distribuição geográfica, foi:



Receita por Segmento



Receita por Região

Como resultado do sucesso nas diversas campanhas de venda ocorridas nos Estados Unidos nos últimos dois anos, em 2014 a receita líquida da Embraer teve 48% de sua origem proveniente do mercado norte-americano. O mercado europeu manteve sua tendência de queda e atingiu 14% de participação nas receitas da Empresa. O Brasil se manteve estável em 21% ao passo que a América Latina, China e Ásia Pacífico tiveram queda em suas participações e atingiram 3%, 4% e 4%, respectivamente. Já a região da África e Oriente Médio aumentou sua participação para 6%.

No ano, as exportações da Embraer totalizaram US\$ 3.811,6 milhões, colocando a Empresa como a sétima maior exportadora brasileira, e com relevante contribuição positiva para o saldo da balança comercial brasileira.

Resultado Operacional e Margem Operacional (EBIT)

Em 2014, o resultado e a margem operacional foram de R\$ 1.303,8 milhões (US\$ 543,3 milhões) e 8,7%, respectivamente. O resultado operacional ficou em linha com as estimativas iniciais da Empresa, porém a margem operacional ficou ligeiramente abaixo. A queda do resultado operacional de 19% em relação ao ano anterior pode ser explicada principalmente pela mudança do *mix* de produtos entregues no segmento de Aviação Comercial, e pela queda no número de jatos grandes entregues na aviação executiva, conforme mencionado anteriormente. Além disso, o efeito relacionado à reversão de provisões após a conclusão do processo de concordata da American Airlines (AMR) afetou positivamente esse resultado em 2013.

As despesas com pesquisa totalizaram R\$ 112,6 milhões (US\$ 47,1 milhões) em 2014 e ficaram abaixo das estimativas iniciais da Companhia, de US\$ 80 milhões, apesar do pleno cumprimento dos objetivos operacionais. As despesas comerciais foram de R\$ 989,4 milhões, ficando praticamente estáveis em relação a 2013. As despesas administrativas subiram 8% e totalizaram R\$ 489,1 milhões, representando 3,3% da receita do ano, mantendo-se estáveis em relação a 2013. Esse aumento pode ser explicado principalmente pelo dissídio coletivo anual, que impactou em cerca de 8% os gastos com a folha de pagamento no Brasil. A conta Outras Receitas (Despesas)

Operacionais totalizou despesa de R\$ 63,7 milhões no ano.

O EBITDA atingiu R\$ 1.980,7 milhões (US\$ 829,6 milhões) em 2014, 12% menor que em 2013, e a margem EBITDA alcançou 13,3%, ambos dentro das estimativas iniciais da Empresa.

Em 2014, a Embraer registrou despesa financeira líquida de R\$ 63,0 milhões, significativamente menor que a registrada no ano anterior. Essa diferença se deu devido ao impacto nos valores de 2013, da recompra de parte de sua exposição em garantias de valores residuais (RVG) associadas à família de aeronaves ERJ 145, no valor de US\$ 98 milhões.

ITEM 10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável

c. Eventos ou operações não usuais

- Regime Tributário de Transição (RTT)

Em linha com o Regime Tributário de Transição (RTT) de 2009, desde a aplicação das normas internacionais de contabilidade nas suas demonstrações financeiras a partir de 2008, a Companhia vem apurando seu Imposto sobre a Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro com base nas práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em novembro de 2013, a Receita Federal emitiu a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei nº 12.973 em maio de 2014, alterando a legislação tributária brasileira relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, revogando o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela [Lei nº 11.941, de maio de 2009](#) e promovendo modificações substanciais nas regras de Tributação em Bases Universais – TBU. Esta legislação dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil e entre outros, reconhece os efeitos da aplicação das normas internacionais dando o respectivo tratamento nas apurações do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Com aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2015, a nova legislação também permitia sua aplicação antecipada a partir de janeiro de 2014, todavia, a Administração da Embraer não se valeu desta opção, assim como não espera efeitos significativos em suas Demonstrações Financeiras.

- Benefícios a empregados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias possuem um plano de benefício médico pós-emprego que provê assistência médica para os empregados aposentados. Para identificar a exposição futura deste benefício e conseqüentemente sua mensuração nas demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias adotam estudos que utilizam premissas que se baseiam em dados estatísticos, muitas vezes observados internamente ou fornecidos por institutos ou entidades dedicados a este tipo de atividade.

A Controladora e algumas de suas subsidiárias possuem planos de assistência médica para os empregados que, dada as suas condições se caracteriza como um benefício pós-emprego. Dentro deste plano médico é concedido aos empregados que se aposentarem na Companhia a opção de permanecer no plano médico contribuindo com o custo integral do benefício cobrado pela seguradora, porém, devido a regras de reajustes previstas na legislação brasileira, em alguns momentos a contribuição realizada pelos aposentados pode não ser suficiente para cobrir as despesas do plano médico e desta forma representar uma exposição para a Companhia.

Em 2014 a Controladora anunciou mudanças na participação dos empregados no seu plano de assistência médica no que tange a tabela de contribuição. Essas alterações foram contestadas pelo Sindicato que obteve liminar suspendendo a alteração nos valores cobrados dos empregados elegíveis, porém para os empregados assistidos pelo benefício a alteração foi aplicada e por se tratar de uma mudança do plano de assistência médica os efeitos decorrentes dessa alteração, no valor aproximado de R\$ 80,0 milhões, foram registrados no resultado do período na linha de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Para os demais participantes do plano a Companhia não revisou a sua exposição, e está aguardando uma decisão legal para prosseguir com uma possível alteração da política de participação dos empregados no plano de assistência médica.

- Alteração do critério de cálculo da depreciação do Pool

A Companhia possui um *Pool* de peças reparáveis para uso dos clientes. Ao contratar o *Pool*, quando uma peça de uma de suas aeronaves é danificada, o cliente tem o direito de receber da Companhia uma peça em condições de uso, dentro de prazos acordados, em troca da sua peça sem condições de uso. Depois de reparada, a peça volta a ficar disponível para os clientes do *Pool*. Esta situação pode ocorrer por várias vezes, o que qualifica o pool de peças como um ativo imobilizado da Companhia, sendo depreciado pelo tempo que se espera obter retorno financeiro sobre esta operação.

Em 2014 a Companhia alterou a estimativa de vida útil do programa do Pool de peças reparáveis. Essa alteração ocorreu em decorrência da revisão anual das vidas úteis e valores residuais de todas as classes que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

O processo de revisão levou em consideração a curva de aprendizado sobre o negócio adequando o padrão de consumo desses ativos para a Companhia. A vida útil dos ativos foi aumentada com base nas novas projeções de negócios disponíveis e para ser coerente com o recente crescimento dos negócios mundialmente. As mudanças de estimativas tiveram efeitos prospectivos a partir de 1º de outubro de 2014.

O impacto decorrente desta alteração foi uma redução da despesa de depreciação estimada em aproximadamente R\$ 32,1 milhões ao ano, não afetando materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

- Eventos subsequentes a elaboração das demonstrações financeiras

A Companhia, por meio da sua subsidiária integral ECC Leasing Co. Ltd. concluiu em Fevereiro de 2015 uma operação de monetização de 12 aeronaves que eram objeto de contratos de arrendamento em 31 de Dezembro de 2014 e eram apresentadas no ativo imobilizado pelo valor líquido de R\$ 133,6 milhões. A operação trata-se de uma realização de ativos no mercado financeiro pela venda do fluxo financeiro do arrendamento e transferência da aeronave para o comprador, com uma perda estimada de R\$ 38,0 milhões.

- Alongamento de prazo de alguns recebíveis

Do ponto de vista de caixa, o alongamento no prazo efetivo de pagamento por parte de alguns clientes acabou por impactar o fluxo previsto, que encerrou o ano com geração negativa de R\$ 824 milhões.

ITEM 10.4 – Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos pois não houve alterações significativas nas práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

ITEM 10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela

administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs/IFRSs, exige que a Companhia utilize estimativa e adote premissas que afetam os valores ativos e passivos, de receitas e despesas e de suas divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores considerados razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos negócios, a apresentação da situação financeira e dos resultados das operações da Companhia requer, com frequência, a avaliação dos efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados por variáveis, suposições ou condições diferentes. As políticas de contabilidade mais importantes, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, são descritas a seguir:

- Receita das vendas e outras receitas operacionais

A Companhia reconhece receitas de vendas pelos segmentos de jatos comerciais, jatos executivos, de Defesa & Segurança e outros bens e serviços, quando os benefícios e riscos são transferidos aos clientes, o que, no caso de aeronaves, ocorre quando a entrega é realizada e, no caso de serviços de aviação, quando o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia reconhece, também, a receita de aluguel de aeronaves arrendadas, mediante contrato de arrendamento segundo seu prazo, sendo registrada a receita como vendas líquidas, no seu respectivo segmento operacional.

No segmento de Defesa & Segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais as receitas são reconhecidas de acordo com o POC (*Percentage of Completion*), utilizando o custo incorrido e o avanço físico como referência para mensuração da receita. Esses contratos contêm disposições sobre reajuste de preços com base em uma combinação de índices relativos ao custo da matéria-prima e da mão de obra. Para os contratos mensurados pelo custo incorrido, periodicamente, é reavaliada a margem prevista dos contratos de construção, ajustando o reconhecimento da receita com base nos custos projetados para a conclusão. Se os custos totais dos contratos em curso fossem 10% menores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no período de 2014 aumentaria R\$ 435.508 mil caso os custos fossem 10% maiores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida sofreria queda de R\$ 688.872 mil.

As receitas do Programa de “Pool” de peças reparáveis são contabilizadas mensalmente em relação ao prazo do contrato e consistem em uma parte referente a uma taxa fixa e outra referente a uma taxa variável diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta pelo programa.

São efetuadas transações que representam contratos de múltiplos elementos, como treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões, incluídas no preço de venda da aeronave. Contratos de múltiplos elementos são avaliados para determinar se podem ser separados em mais de uma unidade contábil, caso sejam atendidos todos estes critérios:

- item entregue tem valor para o cliente de maneira independente; e
- o preço justo do componente pode ser mensurado confiavelmente.

Se esses critérios forem cumpridos para cada elemento e houver evidência objetiva e confiável do valor justo de todas as unidades contábeis de um contrato, a receita é alocada separadamente conforme o valor justo relativo de cada unidade.

- **Garantias de produtos**

De modo geral, as vendas de aeronaves são acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados pela Companhia e/ou seus parceiros de risco e fornecedores. A Companhia reconhece a despesa de garantia como componente de custos de vendas e serviços, no momento da venda e com base nos montantes estimados dos custos da garantia que se espera incorrer. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de aeronaves vendidas e em operação e da cobertura da garantia disponível dos fornecedores correspondentes. Os custos reais da garantia do produto podem ter padrões diferentes da experiência prévia, principalmente quando uma nova família de aeronaves inicia seus serviços de receita, fato que pode exigir o aumento da provisão de garantia do produto. O período de garantia varia de três anos para peças de reposição a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave no momento da venda.

- **Garantias financeiras**

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras relacionadas às aeronaves vendidas. A garantia é concedida pelo seu valor justo, sendo o respectivo valor contabilizado como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas durante o período da garantia concedida. Neste momento a Companhia avalia a situação de crédito do financiado e passa a divulgar sua exposição máxima na Nota 37 – Coobrigações, responsabilidades e compromissos. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência de qualquer evento oficial (Chapter 11) ou de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa no momento em que os pagamentos se tornam prováveis e puderem ser estimados confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão. Quando um

acordo para o pagamento dessas garantias for firmado, os valores assumidos são reclassificados para contas a pagar.

- **Garantias de valor residual**

A Companhia pode vir a oferecer garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas, que poderão ser exercidas ao final do contrato de financiamento firmado entre um agente financeiro e o cliente/operador dessas aeronaves. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos. As garantias de valor residual podem vir a ser exercidas caso o valor de mercado cotado seja inferior ao valor justo futuro garantido. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves emitidas por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário.

- **Participação na estrutura de vendas de aeronaves**

Nos financiamentos estruturados, uma entidade compra aeronaves da Companhia, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de leasing da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave e uma parte do risco do crédito permanece com essa instituição.

Embora não tenha participação acionária, a Companhia controla as operações de algumas EPEs ou tem participação majoritária, absorvendo, se ocorrerem, a maior parte das perdas esperadas destas entidades. Quando a Companhia deixa de ter o controle das operações, os ativos e passivos relativos à aeronave são desconsolidados do balanço.

A Companhia determina quem detém o controle das operações das EPEs ou participa de forma majoritária dos riscos e benefícios, principalmente com base na avaliação qualitativa. Isso inclui uma análise da estrutura de capital das EPEs, relações e termos contratuais, natureza das finalidades e operações das EPEs, natureza das participações nas EPEs emitidas e a participação da Companhia na entidade que cria ou absorve variabilidade. São avaliados os projetos das EPEs e os riscos associados aos quais a entidade e os detentores de participação variável estão expostos na avaliação da consolidação. Em casos limitados, quando pode não estar claro sob o ponto de vista qualitativo se a Companhia possui o controle, é utilizada análise quantitativa para calcular a probabilidade ponderada das perdas esperadas e a probabilidade ponderada dos retornos residuais esperados, por meio da modelagem de fluxo de caixa e da medição estatística de riscos.

- **Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)**

Ativos não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de *impairment*, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com

base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando a similaridade dos produtos e serviços produzidos e prestados pela Companhia e a forma como ela acompanha e gerencia os fluxos de caixa gerados. As UGC da Companhia são definidas e revisadas anualmente, de acordo com as famílias/plataformas das aeronaves e demais negócios desenvolvidos pela controladora e demais empresas do grupo. Estas definições são efetuadas e revisadas de forma corporativa, independentemente do local ou locais nos quais os ativos, bens e serviços são usados, produzidos ou prestados.

O teste de *impairment* é realizado em períodos anuais, ao final de cada exercício, exceto na existência de algum indicador de *impairment* que a Companhia venha a identificar o que a obrigaria a elaborar um teste de *impairment* intermediário.

No caso de ativos intangíveis, inclusive o ágio por rentabilidade futura originado nos processos de desenvolvimento de produtos ou na aquisição de novos negócios, o teste de recuperabilidade é efetuado para todas as UGC relacionadas, independente da existência de indicadores de perda

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração (Plano Estratégico da Companhia) para o período correspondente ao ciclo de vida esperado de cada UGC. As projeções de fluxo de caixa consideram todas as características dos negócios da Companhia nos quais os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis são efetuados, tais como o nível de investimento e os retornos (de médio-longo prazo), além do eventual redirecionamento de ativos para novos negócios. Estes fluxos são trazidos a valor presente utilizando uma taxa de desconto compatível com o mercado e que reflita a expectativa de retorno dos investidores.

Na existência de um ajuste por conta da não recuperação dos ativos alocados a uma UGC, seu valor é proporcionalizado em função dos ativos líquidos do Grupo e reconhecido em todas as subsidiárias que atuam para aquela UGC dentro de Outras despesas operacionais.

Se a taxa de desconto aplicada nos fluxos de caixa futuros apresentasse variação de 10% em 31 de dezembro de 2014, seja positiva ou negativa, ainda assim a companhia não apresentaria ajuste de *impairment*.

- Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos, valendo-se de premissas baseadas em condições de

mercado vigentes ao final de cada data de balanço.

- Imposto de renda e contribuição social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países, onde a determinação da existência de imposto ao final de determinadas operações é incerta. Também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras da Controladora são apurados na moeda funcional (dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda reconhecida em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Se a taxa de câmbio apresentasse uma diferença de apreciação dos reais vs. dólar de 10% em 31 de dezembro de 2014, o imposto de renda e contribuição social diferidos, relacionados a certos ativos não monetários, aumentaria o passivo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 330.665 mil caso o real depreciasse em relação ao dólar, o passivo de imposto de renda diferido diminuiria cerca de R\$ 330.665 mil caso o real apreciasse em relação ao dólar.

- Benefícios a empregados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias possuem um plano de benefício médico pós-emprego que provê assistência médica para os empregados aposentados. Para identificar a exposição futura deste benefício e conseqüentemente sua mensuração nas demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias se utilizam de estudos atuariais elaborados por empresa especializada contratada para este fim. Estudos atuariais utilizam premissas que normalmente se baseiam em dados estatísticos, muitas vezes observados internamente ou fornecidos por institutos ou entidades dedicados a este tipo de atividade.

Considerando que estes estudos atuariais utilizam premissas como taxa de desconto, taxa de crescimento dos custos médicos, taxa de morbidade (*aging factor*), tábua de mortalidade, probabilidade de aposentadoria e taxa de desligamento, que em sua maioria são apuradas com base em dados estatísticos, a definição de alguma mudança razoavelmente possível é muito subjetiva. Neste sentido, um aumento de 0,5 % na taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial do plano de benefício médico pós-emprego concedido pela Companhia diminuiria sua exposição em 31 de dezembro de 2014 em R\$ 6.210 mil e uma redução de 0,5% na mesma taxa aumentaria sua exposição em R\$ 6.865 mil. Na taxa de crescimento dos custos médicos, um aumento de 1% no cálculo

atuarial, a exposição da Companhia aumentaria em R\$ 14.481 mil e uma redução de 1% na mesma taxa diminuiria sua exposição em R\$ 11.995 mil.

ITEM 10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos avalia anualmente os controles internos para atendimento a Lei *Sarbanes Oxley Act* (SOX) e processos tendo como base os riscos de demonstrações financeiras. Essa avaliação é realizada seguindo o planejamento, walkthrough, Testes de eficácia e Re-teste, caso necessário.

Anualmente é efetuado o planejamento com base no cálculo da materialidade e definido o escopo. Para os controles em que sejam identificadas eventuais deficiências, planos de ação e acompanhamento para a correção das deficiências de controles e/ou melhorias nos controles existentes são efetuadas, até que sejam sanadas a tempo da execução do re-teste.

Reuniões de alinhamento e acompanhamento são realizadas durante todas as fases juntamente com a auditoria externa com a finalidade de prevenir eventuais não conformidades de controles.

Adicionalmente, a área de Riscos e Controles Internos trabalha de forma colaborativa com a área de Auditoria Interna e *Compliance* da Embraer para alinhar os riscos, planos de ação e evitar sobreposições de atividades.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O aprimoramento contínuo dos controles internos a fim de evitar e/ou eliminar deficiências que foram apontadas no relatório do auditor independente são tratadas e acompanhadas pela área de Riscos e Controles Internos através dos planos de ação, juntamente, com as áreas responsáveis pela execução dos controles.

Periodicamente, a área de Riscos e Controles Internos realiza o reporte de suas atividades, resultados e planos de ação para o Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Riscos e Conselho Fiscal.

Como uma boa prática, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos vem buscando melhoria dos processos, usando metodologias no nosso Programa de Excelência Empresarial (P3E), com a finalidade de se antecipar na avaliação do escopo, na revisão das atividades de controles.

ITEM 10.7 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

As emissões de valores mobiliários mais recentes realizadas pela Companhia consistem em emissões de títulos de dívida (*bonds*) no mercado internacional sendo uma emissão de US\$ 400 milhões realizada em outubro de 2006 (vencimento em janeiro/2017) e outra no valor de US\$ 500 milhões realizada em outubro de 2009 (vencimento em janeiro/2020). Ambas foram emitidas pela subsidiária integral, Embraer Overseas Ltd, e contam com a garantia incondicional da Embraer. As duas emissões têm pagamento de juros semestral à taxa de 6,375% a.a. Em junho de 2012, a companhia emitiu nova emissão de título de dívida (*bonds*) no mercado internacional no montante de US\$ 500 milhões com vencimento em Junho/2022.

Entre os meses de agosto e setembro de 2013 a Embraer S.A por meio de sua subsidiária Embraer Overseas Limited efetuou a oferta de permuta para os atuais títulos com vencimento em 2017 e 2020 para “Notas Novas” com vencimento para 2023. Para os títulos de 2017 a Oferta de Permuta resultou em US\$ 146.4 milhões do valor principal total das Notas vigentes e US\$337.2 milhões do valor principal total das Notas de 2020, representando aproximadamente 54,95% de Notas permutadas. O total da “Oferta de Permuta” considerando os efeitos do preço de permuta nas negociações e emissão total das Notas Novas fechou em aproximadamente US\$540.5 milhões em valor principal a uma taxa de 5,696% e com vencimento final para 16 de setembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor destas emissões era de R\$ 3.704,0 milhões, incluindo principal e juros acumulados.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos relativos às emissões acima com vencimentos para 2017 e 2020 foram utilizados para o pagamento de dívidas existentes naquelas datas, e com a oferta de permuta destes títulos, propiciou um alongamento do endividamento geral da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não, os recursos foram aplicados de acordo com a destinação divulgada nos respectivos prospectos.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvio em relação ao acordo do respectivo prospecto.

ITEM 10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. Contratos de construção não terminada

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Conforme descrito na nota 36 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014, em seu curso normal de negócios, a Companhia participa de determinadas operações, incluindo obrigações de recompra (“*trade-in*”), arrendamentos e garantias financeiras, como segue:

- *Trade in*

A Companhia está sujeita a opções de *trade in* para 12 aeronaves. Em quaisquer operações de *trade in* a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

- Arrendamento

Na Controladora os arrendamentos operacionais referem-se a equipamentos de telefonia e informática e nas controladas, referem-se a arrendamentos operacionais de terrenos e instalações, máquinas, veículos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2014 estes valores totalizavam R\$ 42.229 mil e em 31 de dezembro de 2013 R\$ 45.344 mil. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2038.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil operacional cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

- Garantias financeiras

A tabela a seguir (em milhares de reais) fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o pior cenário e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de performance e dos ativos vinculados representam valores antecipados

dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

- (i) Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

A exposição da Companhia é reduzida pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

ITEM 10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Companhia possui garantias de valor residual que normalmente asseguram em determinado período que a respectiva aeronave terá um valor residual de mercado do preço original de venda, sujeita a uma limitação ("teto"). No caso do exercício por um comprador de sua garantia de valor residual, a Companhia arcará com a diferença, se houver, entre o valor residual garantido e o valor de mercado da aeronave quando do referido exercício.

No caso de opções de troca (*trade-in*) a Companhia pode ser obrigada a aceitar trocas, a preços que estão acima do preço de mercado da aeronave, o que resultaria em perdas financeiras para a Companhia quando da revenda da aeronave.

Qualquer queda futura no valor de mercado das aeronaves cobertas por direitos de troca ou garantias financeiras reduziria a capacidade de recuperar os valores para cobrir as obrigações e levaria a contabilizar encargos maiores contra as receitas. Não há como assegurar que as condições de mercado na ocasião favoreçam a revenda ou leasing das aeronaves dadas em garantia a seu valor justo estimado ou dentro do prazo necessário. Portanto, honrar a garantia financeira ou as obrigações de troca poderia acarretar grandes desembolsos de recursos em determinado ano, fato que por sua vez reduziria o fluxo de caixa naquele exercício.

Conforme descrito na nota 25 da Demonstração Financeira, a Companhia vem registrando provisão calculada em bases estatísticas, para cobertura de garantias financeiras relacionadas às aeronaves entregues até 31 de dezembro de 2014.

b. Natureza e o propósito da operação

Vide item 10.8

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item 10.8

ITEM 10.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve nenhum tipo de aquisição que influenciasse materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Com base em seus planos de negócios e no monitoramento do cenário tecnológico mundial, a Embraer define um plano de desenvolvimento tecnológico que visa

investigar e desenvolver soluções para os principais desafios que a indústria aeronáutica brasileira deve enfrentar nos próximos anos para o projeto, desenvolvimento, produção e comercialização de aeronaves, a fim de se manter competitiva. Estes esforços de capacitação para aplicação de tecnologias avançadas tornarão as aeronaves mais leves, silenciosas, confortáveis e eficientes em consumo de energia e em emissões, além de projetadas e fabricadas em menos tempo e com otimização de recursos.

Com vistas a ampliar o alcance dos resultados e minimizar os riscos dos desenvolvimentos, a estratégia de pesquisa e desenvolvimento pré-competitivo da Empresa é estruturada na forma de um programa que possui como competências essenciais não só a capacidade de gerenciar e executar projetos multidisciplinares, mas também a de manter e coordenar uma rede de parceiros de desenvolvimento, integrando diversas instituições (universidades, institutos de pesquisa, instituições de fomento e empresas).

Em 2014 o total de investimento foi de US\$ 521,7 milhões, sendo US\$ 247,1 milhões em Desenvolvimento de produto, US\$ 47,1 em Pesquisa e US\$ 227,5 milhões em CAPEX.

Com o aumento das atividades relacionadas ao desenvolvimento do programa E-Jets E2 e a aproximação da conclusão do desenvolvimento do jato executivo Legacy 450, a Embraer espera que os investimentos totais para o ano de 2015 alcancem US\$ 650 milhões, sendo US\$ 50 milhões em pesquisas, US\$ 300 milhões em desenvolvimento de produtos e US\$ 300 milhões em investimentos de capital (CAPEX). Esses investimentos serão financiados com recursos próprios e com recursos de terceiros.

ITEM 10.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os fatores foram comentados nos subitens anteriores